



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO  
EM SEGURANÇA PÚBLICA**



**BATALHÃO ESCOLAR COMUNITÁRIO E A ACEITAÇÃO PELA  
COMUNIDADE**

**SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**

**2011**

**CAP. QOPM MARCOS ALEXANDRINO VIEIRA**

**BATALHÃO ESCOLAR COMUNITÁRIO E A ACEITAÇÃO PELA  
COMUNIDADE**

Monografia apresentada por exigência curricular do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em convênio com a Universidade Federal do Paraná, para obtenção do Título de Especialista em Planejamento e Controle da Segurança Pública.

Orientador Metodológico:  
Professora Dr<sup>a</sup>. Sônia Maria Breda

Orientador de Conteúdo:  
Ten-Cel. Douglas Sabatini Dabul

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus, a minha família, e a todos aqueles que contribuíram para que se tornasse realidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus Pais;

A Minha Mulher Tania Mara Tod;

Ao Tenente-Coronel Douglas Sabatini Dabul;

Ao Major Wilian Platner;

Ao Major Willian Kuchinsky;

Ao Capitão QOPM Carlos Alberto Dapena Leão;

Ao Capitão QOPM Dalton Gean Perovano.

"A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda."

(PAULO FREIRE)

## RESUMO

Este trabalho consiste em verificar a aceitação do Batalhão Escolar Comunitário pela comunidade. Esta unidade da Polícia Militar do Paraná, com policiais capacitados, é a responsável para dar atendimento às ocorrências nas escolas públicas do estado. São abordados temas que têm relação com a segurança nas instalações físicas das escolas, o uso e o abuso das drogas lícitas e ilícitas, programas de prevenção como o PROERD e a inserção do policiamento comunitário no ambiente escolar. A efetivação deste trabalho é baseada em dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica, documental, e de abordagem sendo o escolhido para o desenvolvimento o da aplicação de questionários aos diretores e pedagogos dos estabelecimentos de ensino estadual da cidade de Curitiba que possuem implantado na escola o Programa Escolar Comunitária e diretores e pedagogos de estabelecimentos de ensino municipais de Curitiba que possui implantado o PROERD.

Palavras chave: Prevenção. Segurança na Escola. PEC. PROERD.

## **ABSTRACT**

This work is to verify the acceptance by the Community School of the Battalion community. This unit of Military Police of Paraná, with trained officers, is responsible for giving care to the occurrences in the public schools of the state. Issues are addressed that relate to security in the physical facilities of schools, the use and abuse of licit and illicit drugs, prevention programs such as PROERD and inclusion the police in the school community environment. The realization of this work is based on data collected through literature, documentary, and the approach being chosen for the development of the questionnaires to principals and teachers of state schools in the city of Curitiba that have implemented the program in school Community and school directors and teachers of municipal schools of Curitiba, which has deployed PROERD.

Keywords: Check. Acceptance.- Public Schools.- Security- Violence.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	-	PERCENTUAL VÁLIDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE PREVENÇÃO NA ESCOLA.....	58
TABELA 2	-	PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS EM ATIVIDADES NA ESCOLA.....	62
TABELA 3	-	PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS EM ATIVIDADES NA ESCOLA.....	62
TABELA 4	-	PREPARO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA ATENDER QUESTÕES SOBRE SEGURANÇA NA ESCOLA.....	65
TABELA 5	-	PREPARO DOS POLICIAIS-MILITARES SOBRE O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS NA ESCOLA.....	65
TABELA 6	-	PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO REALIZADO PELOS POLICIAIS-MILITARES.....	66

## LISTA DE ABREVIATURAS

BPEC	-	Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
DEA	-	<i>Federal Drug Enforcement Administration</i>
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	-	Organização Não Governamental
PEC	-	Patrulha Escolar Comunitária
PROERD	-	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
SESP	-	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SISNAD	-	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2 OBJETIVOS:.....	13
1.2.1 Objetivo Geral:.....	13
1.2.2 Objetivos específicos:.....	13
1.2.3 Justificativa.....	14
1.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	14
1.3.1 A Polícia Militar e o Patrulhamento Escolar: .....	14
1.3.2 A História do Patrulhamento Escolar Comunitário no Paraná: .....	15
<b>2 A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS:.....</b>	<b>17</b>
2.1.1 A segurança nas escolas:.....	23
2.2 A PREVENÇÃO, O USO E O ABUSO DE DROGAS: .....	26
2.2.1 Introdução:.....	26
2.2.2 A legislação Brasileira: .....	33
2.2.3 As drogas e os resultados nacionais: .....	39
2.2.4 Sobre Álcool .....	40
2.2.5 Sobre heroína.....	42
2.2.6 Sobre cocaína e crack .....	42
2.2.7 Sobre esteróides .....	43
2.2.8 Sobre maconha .....	43
2.2.9 Sobre alucinógenos.....	43
2.2.10 A prevenção e a educação: .....	48
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>52</b>
3.1 FUNDAMENTANDO A BUSCA .....	52
3.2 ESCOLHA DA POPULAÇÃO DE ESTUDO.....	53
3.3 TIPO DE PESQUISA.....	53
3.4 COLETA DOS DADOS.....	54
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>5 A PARTIR DOS RESULTADOS DESTA PESQUISA.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

Um dos aspectos alarmantes apontados em pesquisas recentes sobre a violência entre adolescentes diz respeito ao crescente envolvimento de jovens, em especial de adolescentes, com a violência, tanto no papel de vítimas quanto no de agressores e o uso de drogas lícitas e ilícitas.

Isso é verificado quando analisam a questão da violência nas escolas. Jovens, em especial os adolescentes, sendo agressores e vítimas de agressões do mesmo grupo. Agressões que não são apenas físicas, mas verbais, gestuais, exemplificadas pelo *bullying*.

Não podem definir as causas rigidamente pois são várias sendo a desestrutura familiar, o uso de drogas lícitas e ilícitas, o desafio pelo poder, a passagem para a fase pubertária algumas delas.

Nas múltiplas formas de manifestação, a violência deve ser compreendida sempre como um fenômeno social, manifestando-se em um determinado contexto e se efetiva na relação com o outro. Trata-se de uma "interação" entre indivíduos situados em uma dada estrutura social, ocupando papéis sociais e orientados por valores que definem e modelam as possibilidades desta interação.

Daí, parte a perspectiva de análise da violência enquanto dado cultural e societário, cujas manifestações variam de acordo com o contexto sociocultural e são dotadas de valores complexos e diversificados.

A abordagem empregada na presente pesquisa foi a da concepção de polícia comunitária, que teve como premissa o movimento que definiu os conceitos básicos da defesa social, a qual de 1945, e é marcada pelo dizer de Ancel (1998), que define a defesa social como "uma tomada de consciência acerca de necessidades sociais e éticas novas, face às antigas estruturas e tradições obsoletas". A estrutura da ambiência criminosa propõe-se justamente a preencher estas necessidades sociais e éticas novas, e possibilitar trabalhar segurança pública na perspectiva da Defesa Social.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A presente investigação teve como problema de pesquisa: como os diretores de unidades escolares e pedagogos de estabelecimentos de ensino público estadual e municipal de Curitiba percebem a violência no espaço escolar e qual a contribuição que a sua formação inicial e continuada proporciona para a resolução dessas demandas na escola com a aplicação de estratégias administrativas e pedagógicas de prevenção.

## 1.2 OBJETIVOS:

### 1.2.1 Objetivo Geral:

Verificar as concepções que os diretores e pedagogos de escolas do sistema de ensino público estadual e municipal têm sobre a violência e a contribuição da sua formação inicial e continuada para o desenvolvimento de estratégias preventivas na escola.

### 1.2.2 Constituem Objetivos específicos:

- a. Levantar as concepções e a percepção sobre violência apresentada pelos profissionais da educação, diretores e pedagogos;
- b. Verificar as necessidades formativas dos profissionais da educação pesquisados em relação a questões relacionadas à segurança nas escolas e prevenção ao uso de drogas;
- c. Analisar a necessidade da participação dos Programas PEC e PROERD desenvolvidos pelo BPEC no ambiente escolar e as concepções que os profissionais da educação investigados têm sobre os dois Programas mencionados.

### 1.2.3 Justificativa:

Avaliar o atendimento prestado pelo Batalhão de Patrulha Escolar à sociedade e provocar em ambiente de reflexão entre o Estado, representado pela Polícia Militar do Paraná, e a comunidade envolvida na educação.

## 1.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.3.1 A Polícia Militar e o Policiamento Comunitário Escolar

#### 1.3.1.1 Aspecto legal

Toda ação dos agentes públicos deve ser marcada pela legalidade, e esse amparo é encontrado na Lei máxima de nosso País, a Constituição da República Federativa do Brasil que, em seu artigo 144, parágrafo 5º, institui que as Polícias Militares têm a missão constitucional de atuar como polícia ostensiva e de preservação da ordem pública; cuja transcrição, segue abaixo:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V. Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

(...)

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em Lei, incumbe a execução da atividade de defesa civil.

Registre-se que a Polícia Militar do Estado do Paraná (órgão da Administração direta estatal), assim como as Polícias Militares de outras unidades federativas nacionais têm, de acordo com a Lei Maior Pátria, a exclusividade, pela execução do policiamento ostensivo, fardado, de conformidade com o planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos, atuando de maneira preventiva ou repressiva, quando da iminência ou consumada perturbação da ordem, visando preservá-la ou restaurá-la, respectivamente.

Um item fundamental é que a nossa Corporação Policial-Militar, fica sujeita à vinculação, à orientação, ao planejamento e ao controle operacional da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), sem que haja prejuízo à subordinação ao Governador do Estado.

### 1.3.2 A História do Patrulhamento Escolar Comunitário no Paraná

A Polícia Militar do Paraná, em 1994, preocupada com o ambiente da educação e devido a desfechos desagradáveis de ocorrências policiais em estabelecimentos de ensino buscou por meio do projeto Galha Azul diminuir a violência nas escolas implantando uma ação dirigida exclusivamente para a segurança das escolas da rede estadual e municipal de ensino.

A ação de polícia ostensiva/preventiva anunciada, objeto desse projeto, denominava-se de “Patrulha Escolar”, formada por duplas de Policiais Militares Femininas que realizavam patrulhamento motorizado com permanência nos pontos considerados de maior potencial de risco fazendo também visitas programadas a estabelecimentos de ensino da Capital, tudo com o objetivo de aumentar a sensação de segurança e proteção às crianças e adolescentes.

Em 1997, a Patrulha Escolar passou a dar atendimento às Escolas Públicas Estaduais situadas no Municípios de Colombo, Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré e Quatro Barras, com ações integradas visando à prevenção de delitos, além de atuar também nas Escolas Municipais e Particulares, sendo a Patrulha subordinada aos Comandantes dos Batalhões de Polícia de Área.

A Patrulha Escolar teve uma grande evolução inserindo-se ao conceito de polícia comunitária e sendo a representante da Polícia Militar na parceria com a Secretaria de Educação do Estado.

Em 2007, foi criado o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, o BPEC, com sua sede na Capital do Estado (1ª Companhia) e subsedes em Foz do Iguaçu (2ª Companhia), Maringá (3ª Companhia) e Londrina (4ª Companhia).

Hoje, o BPEC realiza o Patrulhamento Escolar Comunitário em noventa Municípios do Estado, atingindo 60% da população de estudantes. Assim, de acordo com o próprio Batalhão, os problemas mais comuns encontrados são:

- 1) Instalações físicas inadequadas: as escolas não são planejadas para o número de alunos e professores que ela acolhe;
- 2) Falta de acomodações e controle de alunos em espera: é indispensável que os alunos sempre permaneçam nos limites do estabelecimento de ensino, mesmo que a sua localização não proporcione facilidades para o trânsito;
- 3) Distância entre os educadores, estudantes, família e administradores: alguns administradores e educadores não residem muito próximo muito menos convivem com a comunidade onde atuam;
- 4) Atitudes isoladas de muitos segmentos em busca de soluções: as iniciativas devem ser ligadas e com o mesmo objetivo;
- 5) Arena de conflitos interpessoais e intergrupais: a escola tornou-se uma arena de muitos conflitos, principalmente aqueles que precisam de opiniões externas para ter solução.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo BPEC estão a avaliação das instalações físicas, coleta de informações por meio de dinâmicas aplicadas junto à comunidade escolar para a formação de diagnóstico, palestras para pais, alunos e professores abordando o Estatuto da Criança e do Adolescente, paz e autoestima, segurança e disciplina.

## 2 A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS:

No debate a respeito da violência podem raciocinar dentro da banalização e o pânico. O objetivo é ter no debate um apoio temático, com o intuito de dar o sentido da escola para os pais, os alunos, os professores, diretores, ou seja, a todo o público escolar.

A violência presente nas escolas vem do tráfico de drogas, porte de armas, da violência verbal, do *bullying*, da grosseria que está presente nos acontecimentos do dia a dia.

Devem ter em mente elementos que podem modificar de forma positiva o ambiente escolar, fazendo com que até mesmo os alunos tenham a cultura da paz. Há de se registrar a importância da qualidade do ensino com uma maior participação dos pais centrada em prevenir a violência como, por exemplo, os programas de mediação escolar.

Um tema não poderia estar tão atual como o da violência. Vários autores consideram a insegurança, a impotência, o medo de serem atingidos pelos vários tipos de violência, quer individual ou coletivamente como um dos signos da contemporaneidade.

Têm-se no Paraná elevados índices de criminalidade e também a desigualdade social, a miséria, a ausência do poder público, a falta de políticas públicas na área da segurança e a malogração gerada pela sociedade de consumo. Como a violência não escolhe lugar, grupos, há a ligação entre violência e individualismo forte que exclui o outro, a solidariedade, as regras de conduta da convivência. É não dar importância, é quebrar o encanto do que pertence a muitos. Nos dias atuais, a violência parece estar mais intensa do que em outras épocas, pois está nos atingindo nossas vidas, nosso cotidiano. Talvez estivessem em posição confortável apenas vitimizando o outro de outra classe, outra raça.

A violência faz parte de uma história, não é um acontecimento novo, são interações de um processo, o mundo hoje é mais e menos violento do que o de ontem, também mais fácil e difícil de nele viver

Ele, o mundo, está mais violento porque há uma sensibilidade em relação a alguns atos e atitudes que passaram a ser vistos como violentos, mas também é

menos violento, pois a violência se adaptou em comportamentos e práticas sociais não mais reconhecidos como violentas ou vistas sem espanto, indignação e reação.

A indiferença pela saturação de informações, de notícias, a não consideração de alguns fatos como violentos, hierarquizando-as, traz a banalização da violência, desconsiderando o que se entende como menos violento, em sua forma mais crítica, negando-se a produção de violências em relação a si e a outros porque não se tem notícia de outra forma de ser.

O paradoxo é que estes são também tempos em que, em outras ambiências, se amplia o conceito de violência, considerando-se como tal várias ações e relações antes naturalizadas não consideradas como violências, como as cunhadas em discriminação por raça, gênero e opção sexual, bem como as que vão contra o meio ambiente.

Uma nova questão é o conceito de violência e o que se considera como tal. Outra situação nova é o que chamam cultura da violência, que se concretiza pelos sinais mais diversos, de acordo com a ambivalência do imaginário social sobre o tema. Tal imaginário inclina-se tanto à banalização, que se manifesta muitas vezes em convivência social com violências para o seu possível combate quanto tende ao pânico generalizado, antevendo, traduzindo possibilidades de violências em fatos mais diversos.

Não se pretende retirar a escola do contexto social, considerando apenas a escola em si, mas de outro lado recusa-se a tese de que tão somente reproduz processos gerais, refletindo um estado de violência generalizado que teria origem fora das escolas. Debate-se da necessidade de olhar cenários, situações e processos sociais quando o tema é violência. Ao se priorizar, em relação à violência, a escola como o lugar, parte-se da conclusão de que há violências na escola e violência da escola.

Presente em nosso dia a dia, a violência traz indagações e reflexões. Por que existe esta convivência do ser humano com a violência, com a crueldade, porque apesar das condenações éticas e morais, o olhar sobre a violência é uma mistura de medo, indignação e também indiferença. Portanto, a violência é vivenciada, simultaneamente, como algo inaceitável, condenável e ao mesmo tempo banal, percebida como difícil de evitar e fatal, o que faz com a sociedade acomode-se.

Violências são atos reais, muitas vezes de sangue, de órgãos arrancados, de gritos, de pessoas desfiguradas. Nem todas são dores físicas e, não

necessariamente, todos sentem a dor com a mesma intensidade e da mesma maneira, porque em cada época, em cada sociedade, as representações e os sentimentos em relação à violência variam. Em certos contextos o que é terrível a um olhar estrangeiro, com base em princípios de ética universal, não são tidos como violências pelos que dela padecem, pois faltariam parâmetros, condições materiais, conhecimentos possíveis sobre outros horizontes.

O contrario traz também mais complexidade a um fenômeno que, ao nível do sendo comum, parece tão claro: o ajuizamento do que é violência, o que um olhar estrangeiro não percebe como tormento pode ser sentido como tal por quem é alvo de um determinado ato ou pratica.

Apesar da violência chocar, os que a experimentam são cúmplices da sua banalização pois ao sofrerem tanto e tantas vezes várias violências passam a viver com o horror sem questionar o enredo que as constroem e sem classificar o vivido e o testemunhado.

Relativizar é importante porque muitas vezes não surge em nossas vidas como uma agressão real, mas sim uma espécie de ilusão que nos ameaça a todo tempo e em qualquer lugar. Nem sempre a violência se apresenta em crimes e delitos, mas está em nosso cotidiano, nossas mentes e nossas almas na forma de uma sensação de insegurança, ou seja, não há necessidade de provas, corpos, para configurar algo como violência e é neste momento que nos violentamos, mudando nossos gostos, hábitos e prazeres, práticas culturais, nos disciplinando por medos. A violência tem seu significado escrito segundo tempos, lugares, relações e percepções e não somente em atos e práticas materiais.

A abrangência é outro tema a ser estudado da violência. Ela, a violência, atinge todas as classes sociais, gêneros e gerações. Ultrapassam diferenças geográficas, étnicas, políticas e instala-se em todas as localidades e situações violentas, são experimentadas de modo muito diferente pelas pessoas. Pode ter também contornos e particularidades não porque alguns tipos de violência são mais recorrentes a pessoas de determinada inscrição identitária, mas porque vem de relações que se constroem socialmente pelo seu exercício, sendo resultado de processos sociais de classe, gênero, geração e raça, por exemplo. Assim, a violência doméstica, não por acaso, dá-se contra mulheres e crianças e as discriminações raciais, contra negros e indígenas e a homofobia contra os homossexuais.

Percebe-se que a violência está disseminada em no cotidiano, mas não necessariamente sendo caótica, democrática e sem leis, pois há uma multiplicidade de olhares sobre o tema. O fato de haver uma pluralidade de abordagens colabora para que não tenha consenso nem sequer sobre o que se define como violência. Da violência física à intenção de desrespeitar as pessoas, atos os mais discrepantes podem ser concebidos como violentos. As percepções sobre o que é violência variam de acordo com os grupos sociais que as constroem, as circunstâncias que são acionadas e a que situações se referem, trazem um elemento histórico contraditório. Quanto mais aumentam as desigualdades, frustrações quanto às expectativas não realizadas e exclusões do direito do outro, maior a possibilidade de haver livre curso para uma cultura de violência.

As ciências sociais proporcionam ênfase muito diferenciadas a este ou àquele aspecto da violência e debates variados são estabelecidos em torno da questão como o lugar do Estado e do poder.

Hannah Arendt (1994, p. 35) frisa a distinção conceitual entre o poder e a violência. Para a ensaísta é importante se a intenção é “deduzir ações para contê-la [a violência], amenizá-la ou eliminá-la”.

O poder, mesmo que possa se eventualmente questionado em seu sentido ou ação, é amparado, em maior ou menor grau, por algum nível de consenso grupal. Na violência, ao contrario, estamos submersos no campo da arbitrariedade, onde o direito e a lei, baluartes da civilização, estão banidos. Ou, em outras palavras, a forma extrema de poder é todos contra um, a forma extrema de violência é de um contra todos.

Chesnais (1981) alerta para o fato de que existem várias concepções de violência que dentro de seu significado devem ser hierarquizadas. Para o autor, o único referente empírico do conceito é a violência física. Estão excluídas do conceito, portanto, a violência moral ou a violência simbólica e a violência econômica (atentados à propriedade, ou que derivam em privações de ordem econômica) Desta maneira, falar em violência dentro do propósito de análise do autor implica referir-se à chamada “violência dura”.

Outro rumo para o debate sobre a complexidade do tema violência é precisamente refletir cultura de violências, processos que sustentam a construção de violências e o porquê da não reação à violência. Aí o conceito de violência simbólica traz possibilidades compreensivas sobre tal complexidade e variação temática, em

particular quando se sai da sua percepção de senso comum, ou seja, de achar que violência simbólica é apenas a de caráter moral ou a que se sustenta por símbolos.

Para o debate sobre violência e escola, e o lugar desta na reprodução de violência, há que se sair de uma idéia formulada de violência, a violência dura, para também discutir violência simbólica.

Pierre Bourdieu (1958), por exemplo, utiliza o conceito de violência simbólica, para enfatizar a recorrência a símbolos, em particular à linguagem, que seduzem, que fazem das vitimas cúmplices da violência que sofrem discutindo a escola como sitio de reprodução de violências.

Na escola teria a provável critica de desmascaramento da violência simbólica já que a violência simbólica se sustenta na sedução pela ignorância dos sentidos, dos significados reais de uma relação.

Na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar atual o poder potencial das classes dominadas.

Roché (1994) aponta que violências delimitadas pelo Código Penal consistem apenas em um dos níveis da violência – o mais elevado, sem dúvida, mas elas não são as mais comuns, nem as mais freqüentes e não são necessariamente as que causam angústia e perturbam os sujeitos no seu dia a dia. Desse modo, a categorização proposta pelo Código Penal é útil, mas não dá conta da extensão do fenômeno. Roché (idem) considera limitada a abordagem que restringe o conceito de violência física, na medida em que tal definição não leva em conta que pode existir um componente forte de subjetividade no entendimento que um individuo tem do fenômeno. E, mais do que isso, tal leitura desconsidera que a percepção do que é ou não violência nem sempre se sustenta em fatos concretos, e sim em sensações e em “rumores” que circulam no social – um exemplo é o que se conhece como sentimento de insegurança, que leva as pessoas a se recolherem em si mesmas e nos espaços privados, às vezes simplesmente porque tem medo do risco de serem vitimas de violência.

A insegurança também é construída em práticas do cotidiano. Há atos que podem passar sem serem percebidos, mas que interferem direta ou indiretamente na vida dos indivíduos – tais como diferentes formas de incivildades.

É perigoso quando se fala sobre o tema de cair em uma visão catastrófica, dramatizando o problema que dá origem ao fenômeno, criando uma profunda atração sobre ele, e por outro, banalizando-o por considerar que violência é somente um problema social e político, que não pode ser resolvido, da qual, por conseqüência, o cidadão comum nada poderá fazer para combatê-la.

Para estudar a violência é preciso qualificar o que é importante para a vítima, mas também conhecer os agressores, o que foi sentido e em que momento aconteceu.

Diante da complexidade de definir violência, existe uma tendência na literatura de conceituar a violência de uma maneira mais abrangente ao contrário de relacioná-la apenas com os atos que causam danos físicos a indivíduos ou grupos e também contra si mesmo. Esta definição abrange suicídios, espancamentos, roubos, assaltos, homicídios e diversas formas de agressão sexual.

Chauí (1999, p. 5), por exemplo, define violência como:

1. Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar);
2. Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar);
3. Todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror (...).

Segundo alguns teóricos contemporâneos (BRANT, 1989; CALDEIRA, 1991), torna-se praticamente impossível dissociar violência, vulnerabilidade e exclusão social, uma vez que não raro, situações de violência estão intimamente relacionadas às desigualdades.

Em contrapartida, Michaud (1989) considera que existe violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores, direta ou indiretamente, causam prejuízos a um ou a vários indivíduos em graus variáveis. Ou seja, significa a incursão em uma atitude que pode ferir não apenas a integridade física, mas também a moral, o patrimônio, assim como as representações simbólicas.

A escola, para além das funções tradicionais inerentes à instituição escolar, deveria ser o lugar privilegiado para o desenvolvimento do princípio da "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber". Deveria ser lugar de interações verbais reais, onde há dialogo com a vida: articulação. "escola – meio social – cultura – dia". Educar no século XXI não pode

continuar a ter o significado reducionista de preparar os jovens para uma tarefa determinada e restrita. Significa também a manutenção do caráter formativo, visando à ampliação do processo de aprendizagem contínuo e evolutivo, garantindo os preceitos da construção da cidadania.

Para Snyders (2001), escola preenche basicamente duas funções: preparar o futuro e assegurar ao aluno as alegrias presentes durante esses longos anos de escolaridade que a nossa civilização conquistou para ele. É necessário que a escola trabalhe para a superação das dificuldades, em que as contradições inerentes convivam de forma tolerante e incentivem o processo criativo. Na nossa sociedade escola é um local de aprendizagem e de socialização.

São projetos, como explica Morin (1966), necessários para a vida. É um “passaporte de entrada” e de integração na sociedade, bem como pode chegar a criar condições que possibilitem às pessoas uma vida melhor.

Segundo Delors (2001), o acesso à educação significa a possibilidade de um desenvolvimento humano mais harmônico, de fazer recuar certos níveis de pobreza, de combater certas exclusões, de entender processos e mecanismos de incompreensão, racismo, homofobia e opressão. A escola é crucial também para o desenvolvimento da autonomia, da capacidade crítica, da busca da emancipação, da formação da identidade.

### 2.1.1 A segurança nas escolas:

Uma empresa de segurança privada de Nova Iorque, a *First Security Intelligence Advising* realizou uma pesquisa e constatou que pouquíssimas escolas públicas possuem pelo menos dois dos quatro itens considerados como básicos a fim de garantir integridade dos alunos, sendo eles: instalação de câmeras externas e internas, a existência de porteiros ou seguranças, um controle de acesso eficaz e o monitoramento dos alunos considerados problemáticos. Apesar dos colégios particulares brasileiros deixarem a desejar quando comparados com os de Madri, Londres ou Nova Iorque o que mais chama a atenção é a enorme diferença entre os números do ensino público e o privado no país. Mostrando com isso a desigualdade social na qualidade do ensino e na segurança das escolas.

Esta pesquisa mostrou que enquanto 17,8% das escolas públicas do Brasil têm algum tipo de câmera o número sobe para 72% nas particulares, o monitoramento acontece em apenas 1,8% das escolas públicas e em 38,1% das particulares.

Tais números são confirmados pelo governo de São Paulo, um dos estados mais bem equipados do Brasil. Das 5.300 escolas estaduais paulistas, cerca de 400 possuem algum tipo de câmera. Nas escolas municipais, as câmeras estão instaladas em 397 das 2.494 unidades.

A presença de seguranças, porteiros ou os chamados bedéis, para o controle de acesso, existem em 73,8% das escolas públicas e em 99,9% das particulares.

São Paulo tem 23.000 agentes estaduais que coordenam a entrada e a saída de estudantes, além de outras atividades.

Outro item da pesquisa mostra que no Brasil, ao contrário de outros países do mundo, é grande a diferença entre a segurança nas instituições de ensino públicas e nas particulares. Cidades como Londres, Madri e Hamburgo, expostas ao risco constante de atentados terroristas, 89,2% dos colégios públicos e 92,1% dos particulares tem câmeras de segurança. Nos dois casos, o controle de acesso é de 99,9%. Nas escolas americanas, as câmeras estão em 78,6% e 85,2% das escolas públicas e particulares. A existência de um banco de dados dos alunos problemáticos existe em 84,3% dos colégios.

No Brasil, não se têm notícias sobre um banco de dados de alunos problemáticos tendo o seu acompanhamento baseado em contatos informais entre professores, funcionários e diretores.

No estado do Paraná, a Rede Paranaense de Televisão por meio da Campanha "PAZ SEM VOZ É MEDO" fez uma análise sobre a situação de violência nas escolas públicas.

Sala de aula é um espaço reservado ao aprendizado e a formação de crianças, jovens e adultos, mas não é considerado um ambiente seguro por 52% dos paranaenses.

De acordo com os participantes do trabalho realizado pelo Paraná Pesquisas, o envolvimento com drogas, ataques, brigas e bullying são os principais riscos.

Para os paranaenses ouvidos, a saída está na repressão: 80% dos entrevistados são a favor de uma medida extrema: a revista obrigatória na entrada das instituições de ensino.

Este resultado deixou em alerta educadores que pensam que o problema bem resolvido nas escolas, dificilmente se tornará violência.

Questionou-se se expulsar um aluno, instalar câmeras, colocar cerca elétrica, soluções punitivas resolvem o problema. Para outros faltam políticas públicas voltadas para a educação, pois o Estado não se compromete com a formação do professor e do aluno.

O principal entrave para transformar a escola em um ambiente seguro é a falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos, porém no levantamento do Paraná Pesquisas, 37% dos entrevistados acham que a responsabilidade de garantir a segurança é da escola, enquanto apenas 14% acham que os pais têm alguma responsabilidade, sendo assim os pais transferiram para a escola o encargo de educar os filhos.

Desde 1998, a organização não governamental (ONG) Projeto Não Violência desenvolve em Curitiba, ações de caráter educativo e preventivo em escolas da rede pública de ensino por meio de palestras com educadores e pais. Para a ONG, é preciso diferenciar o papel da escola e da família não entrando no jogo de se eximir de responsabilidades e jogar a culpa um no outro.

Outro resultado apontado pela pesquisa é que para 35% dos entrevistados o maior problema nas escolas são as brigas, seguida pelo vandalismo, 21% e a seguir as drogas com 15,9%.

As brigas, quando entre alunos, ocorrem primeiramente pelo bullying seguido pela disputa feminina e por último a briga pelo poder.

A intensificação do BPEC no trabalho de orientação e prevenção tornando o serviço referência em policiamento comunitário teve participação para mudar a figura de agente de repressão para serem inseridos na comunidade. Isso permitiu uma comunicação efetiva entre os policiais, os estudantes, os pais e os professores.

## 2.2 A PREVENÇÃO, O USO E O ABUSO DE DROGAS:

### 2.2.1 Introdução:

Os discursos de orientação sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas colocados em programas pedagógicos de prevenção são mais facilmente identificados em produção teórica do que visto em programas realizados concretamente.

Apesar das experiências práticas de prevenção ao uso de drogas seja pouco numerosas, os modelos teóricos de discurso preventivo se manifestam por intermédio de ações isoladas e por qualquer programa preventivo eventual.

Uma perspectiva histórico-cultural desenvolvida por Vygotsky, traz orientações como a ênfase atribuída à “cognição cotidiana” e a denominada “cognição na prática”, pesquisados por Rogoff (1990, citado por LOUISELL, 2007).

Tais abordagens permitem examinar formas de funcionamento social e psicológico que contrastam explicitamente com as práticas encontradas nos locais onde se ministram a educação formal, como é a educação social ou ainda ligando a situações do dia a dia das crianças levando em consideração suas relações parentais na escola e no ambiente social.

Vygotsky (1995) indaga as idéias que as crianças têm sobre as coisas, se são influências espontâneas de suas mentes ou se são influências do meio. Novas descobertas refletem as complexas relações entre a cultura e a construção de idéias sobre as coisas que permeiam o cotidiano das crianças.

Torna possível também esclarecer aspectos relacionados à aprendizagem e desenvolvimento, que são as idéias mais conhecidas pela psicologia educacional, e parte do princípio de que os processos psicológicos mais elevados têm uma origem cultural;

Assim, há aproximações entre a bioecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner e a perspectiva histórico cultural de Vygotsky, respondendo sobre a existência da relação entre o consumo de drogas e os ambientes desenvolvimentais na formação de conceitos, considerando-se o micro e mesossistemas que envolvem as culturas da família, da escola e da comunidade.

As crianças possuem conceitos sobre diferentes aspectos do mundo que as circundam, conforme seu nível de operação psicológico, e possuem noções sobre o temo “drogas”, a partir de seu cotidiano social, por intermédio do que é elaborado na família e outros contextos sociais e, a escola, como espaço privilegiado para a

educação formal, contribui de maneira significativa para a elaboração de conceitos verdadeiros.

Por outro lado, nas famílias (pais e responsáveis) e nas escolas (profissionais da educação) são praticados diferentes discursos preventivos sobre drogas e que podem contribuir de maneira positiva ou promover a construção inadequada de um conceito, comprometendo o desenvolvimento dos estudantes.

Nesse sentido, no que se refere à escola, os conteúdos trabalhados podem não dar conta da ampla dimensão do tema “educação preventiva sobre drogas”, carecendo de pesquisa no campo cognitivo para avaliar o processo da formação de conceitos.

A adoção da prevenção permite a discussão de aspectos relacionados à cultura, modos de vida, discursos praticados, mitos sobre drogas, fatores de risco e de proteção ao uso de drogas, dentre outras questões, que pertence.

Há no enfoque da prevenção a rica possibilidade de se entender sobre a formação de conceitos espontâneos e a sua relação com conceitos científicos na formação dos conceitos verdadeiros.

Sabe-se que, na fase de desenvolvimento humano que marca o fim da infância e o início da adolescência, a criança experimenta mudanças fisiológicas e psicológicas acentuadas. Ao lado das modificações em seu corpo, também surgem transformações na sua percepção em relação a si própria, aos outros e ao ambiente que o cerca.

Segundo Kessler, Von Diemen, Seganfredo (2003), o adolescente na fase transicional passa, então, por um período de maior fragilidade egóica. O resultado é uma volta narcísica para o seu mundo interno, com questionamentos sobre os pais, as instituições e a sociedade.

Esta fase provoca uma série de ansiedades naturais do período, como as da identidade pessoal (envolvendo questões de gênero, de sexo e de orientação sexual), a depressão pela perda da identidade infantil, à luta interna que passa a travar em busca do novo conhecimento de si, é também um período de isolamento em que o adolescente busca compreender as mudanças pelas quais está passando.

De forma ampla, o entendimento psicodinâmico das adolescências tem sido um desafio para os profissionais da educação e da saúde mental. Torna-se ainda mais complexa a compreensão quando envolvem o consumo e dependência de substâncias psicoativas de abuso.

Um dos aspectos alarmantes apontados em pesquisas recentes envolvendo a violência entre adolescentes diz respeito ao crescente envolvimento de jovens, em especial de adolescentes, com a violência, tanto no papel de vítimas (em maior numero) quanto no de agressores (geralmente por adulto) e o uso de drogas lícitas e ilícitas.

Além disso, o aumento da “gravidade” das práticas violentas e a constatação de que estes têm sido gradativamente incorporados ao modo de vida dos jovens são dados relevantes e suscitam questionamentos (ABRAMOVAY, WAISELFISZ, ANDRADE e RUA, 2004, ADORNO, BORDINI e LIMA, 1999, PINHEIRO e ALMEIDA, 2003).

De acordo com Guimarães e Campos (2007), ao considerar a adolescência como um fenômeno cultural marcado por um período psicossociológico bastante específico, destituído de foco exclusivo nos aspectos biológicos e pubertários, seus elementos desse processo, encontram expressão na realidade social e vão ao encontro da violência.

Em relação à violência, cada grupo social elabora a partir de suas ações (práticas sociais), um sistema de representações ou um “sistema representacional” para lidar com situações sociais complexas, que funcionam como um sistema de referências, dando sentido às condutas e possibilitando a compreensão da realidade social.

Nas várias formas de manifestação, a violência deve ser compreendida sempre como um fenômeno social (CAMPOS, TORRES e GUIMARÃES, 2004; MOSER 1991; VELHO, 2000), assim como o consumo de drogas por adolescentes deve ser estudado no campo das violências, portanto, também um fenômeno social, manifestando-se em um determinado contexto e que se efetiva na relação com o outro (pessoa, fato, ambiente).

Trata-se de “interação” entre indivíduos situados em uma dada estrutura social, ocupando papéis sociais e orientados por valores que definem e modelam as possibilidades desta interação.

Daí parte a perspectiva de análise da violência enquanto dado cultural e societário, cujas manifestações variam de acordo com o contexto sociocultural e são dotados de valores complexos e diversificados.

Uma pesquisa feita na periferia da cidade de São Paulo por Figlie, Fontes, Moraes (2004), investigou o perfil de 63 familiares, 54 crianças e 45 adolescentes em serviço de prevenção seletiva para filhos de dependentes químicos.

Como resultados, em relação ao perfil familiar, 67% pertencem à categoria socioeconômica D, na maioria das famílias o pai é o dependente químico (67%), tendo como substância de abuso o álcool (75%). Foi ainda detectado em 59% dos cônjuges que não eram dependentes químicos, o risco de distúrbios em saúde mental.

Nas crianças, foram observadas timidez, sentimento de inferioridade, depressão, conflito familiar, carência afetiva e bom nível de energia, que é o indicativo de equilíbrio emocional e mental.

Nos adolescentes, foi observado maior índice de problemas nas seguintes áreas: desordens, psiquiátricas, sociabilidade, sistema familiar e lazer/recreação.

Filhos de dependentes químicos apresentam maior risco para transtornos psiquiátricos, desenvolvimento de problemas físico emocionais e podem apresentar dificuldades escolares.

Os transtornos psiquiátricos apresentam um risco aumentado para o consumo de substâncias psicoativas, quando comparados com filhos de não dependentes químicos, sendo que filhos de alcoolistas têm um risco aumentado em quatro vezes para o desenvolvimento do alcoolismo (WEST, 1987, MERIKANGAS, et al, COTTON, 1979).

No entanto, é um grupo com maior chance para o desenvolvimento de depressão, ansiedade, transtorno de conduta e fobia social (CHRISTENSEN e BILENBERG, 2000, KUPERMAN et al, 1999, FURTADO, LAUCHT, SCHMIDT, 2002).

Com relação ao desenvolvimento de problemas físico-emocionais, segundo Halpern (2002), são predominantes: baixa autoestima, dificuldade de relacionamento, ferimentos acidentais, abuso físico e sexual (HALPERN, 2002).

Ocorre que de acordo com esse pesquisador, na maioria das vezes, os filhos podem apresentar transtorno de comportamento por uma não adequada interação familiar, apresentando dentre as conseqüências, o empobrecimento na solução de problemas familiares, uma vez que essas famílias são consideradas desorganizadas e disfuncionais.

Aproximadamente um em cada três dependentes de álcool tem um histórico familiar de alcoolismo, e a probabilidade de separação e divórcio entre casais é aumentada em três vezes quando essa união se dá com um dependente de álcool (*National Association for Children of Alcoholics*, 2003).

Fatores como falta de disciplina, falta de intimidade no relacionamento dos pais e filhos e baixa expectativa dos pais em relação à educação e aspirações dos filhos também contribuem para o desenvolvimento de problemas emocionais, bem como o consumo de substâncias psicoativas (LEAVIT, 1995).

Estudos sobre violência familiar retratam altas taxas de consumo de álcool e drogas, sendo que filhos geralmente são as testemunhas da violência entre o casal e a família e, por vezes, alvos de abusos físicos e sexuais (GROVES, 2002, TILMANS-OSTYN, 2001).

Essa população também está mais freqüentemente envolvida com a polícia e com problemas legais, quando comparada com filhos que não têm pais dependentes químicos.

No que tange a dificuldades escolares, filhos de dependentes de álcool apresentam menores escores em testes que medem a cognição e habilidades verbais, uma vez que a sua capacidade de expressão geralmente é prejudicada, o que pode dificultar o desempenho na escola e em testes de inteligência, além de apresentar empobrecimento nos relacionamentos e desenvolvimento de problemas comportamentais (SHER, 1991, SHER 1997, FURTADO et al, 2002, MOSS et al, 1995). Esse empobrecimento cognitivo em geral se dá pela falta de estimulação no lar, gerando dificuldades em conceitos abstratos, exigindo que essas crianças tenham explicações concretas e instruções específicas para acompanhar o andamento da sala de aula.

Apesar desse fator de risco, é importante salientar que grande parte dos filhos de dependentes de álcool é acentuadamente bem ajustada (SHER, 1991) e, por isso, uma abordagem preventiva de caráter terapêutico e reabilitador pode ser de vital importância no desenvolvimento de filhos de dependentes químicos.

Moss et al. (1995), descreve que uma criança resiliente sabe lidar efetivamente com o estresse, pressão e diversos desafios, apresentando capacidade de lidar com desapontamentos, adversidades ou traumas, aprendendo a desenvolver metas realísticas para si em sua vida. Em geral, demonstra capacidade de resolver problemas e de interagir adequadamente com outras pessoas, sendo

disciplinada e com senso de respeito pelo outro. A resiliência pode explicar como algumas crianças podem lidar com grandes obstáculos e dificuldades de vida, enquanto outras acabam por tornarem-se vítimas de experiências ambientais (HAGGERTTY *et al.*, 1996; GOLDSTEIM e BROOKS, 2002).

Quanto ao adolescente, conforme Nye, Zucker e Fitzgerald (1998) pode-se observar maior intensidade de problemas na área de lazer e recreação, fato que indica a necessidade de políticas públicas voltadas para o jovem em termos de oferecer condições e atividades nesse âmbito. O afeto negativo e a monitoração paterna prejudicada estão associados ao fato de o adolescente unir-se a uma turma de companheiros que apóia o comportamento de uso de drogas.

Diante do resultado de algumas pesquisas sobre o comportamento da criança e do adolescente no meio social, fatores de risco e de proteção, são elementos do meio que proporcionam a possibilidade do sujeito realizar o uso ou não de substância psicoativa.

Assim, Sussman e cols. (1993) evidenciaram fatores de risco na adolescência, tais como ser do sexo masculino, fumar, ter inabilidade de lidar com a raiva e apresentar depressão. Outro achado desse estudo foi que o adolescente que não mora com um dos pais tem mais risco de usar drogas.

Em revisão realizada por Simkin (2002, p. 72) sobre o tema, foram encontrados os seguintes fatores de risco:

Cultural e social: permissividade social, disponibilidade de droga, extrema privação econômica e morar em favela;

Interpessoal: na infância - família com conduta álcool e droga relacionadas, pobre e inconsistente manejo familiar, personalidade dos pais e abuso físico; na adolescência - conflitos familiares e ou sexual, eventos estressantes (como mudança de casa e escola), rejeição dos seus pares na escola ou outros contextos, associação com amigos usuários;

Psicocomportamental: precoce e persistente problema de conduta, fracasso escolar, vínculo frágil com a escola, comprometimento ocupacional, personalidade antisocial, psicopatologia (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, depressão e transtorno de conduta, ou ansiedade nas mulheres), atitudes favoráveis para drogas, inabilidade de esperar gratificação;

Biogenético: genealogia positiva para dependência química e vulnerabilidade psicofisiológica ao efeito de drogas.

Em contrapartida, no estudo Simkin (2002, p.73) descreve alguns fatores de proteção: ambiente estável, alto grau de motivação, forte vínculo pais-criança, supervisão parental e disciplina consistentes, ligação com instituições pró-sociais e associação com amigos não usuários. Outro achado relatado foi que o tratamento precoce do TDAH reduz em 85% o envolvimento com drogas.

Brown (2002) enfatiza que o exercício de colocação de limites por parte dos pais, o monitoramento familiar e ter uma refeição diária junto com os filhos funciona também como fator de proteção. Além desses, afirma que a religiosidade praticada e o trabalho comunitário seriam fatores de proteção familiar.

Miles (1998), ao estudar a relação do uso de drogas na adolescência com características dos pais, percebeu que apenas um terço deles apareceu para a entrevista. O número de casais (pais) que tinham relacionamento informal (61% dos dependentes químicos versus 7% dos não dependentes), problemas com o álcool, drogas ilícitas e transtorno de personalidade anti-social era superior aos dos controles. As mães apresentavam maior prevalência de tabagismo, alcoolismo e uso de cocaína.

Nessa mesma linha, Bensley e cols. (1999) acrescentam que adolescentes com história de abuso físico ou sexual na infância têm 2,8 vezes mais chances de uso leve ou moderado de drogas na adolescência e 3,4 de uso pesado. Crianças que sofreram abuso físico ou sexual na infância têm 12,2 vezes mais chance de experimentar maconha ou usar álcool antes dos 10 anos. Ademais, quanto mais precoce o abuso do álcool ou drogas, mais estaria relacionado com abuso físico ou sexual na infância.

Nesse sentido, Newcomb (1995) demonstrou que, quanto maior o número de fatores de proteção, menor será o consumo de drogas pelos adolescentes, e, caso inverso, quanto maior o número de fatores de risco, maior a prevalência de consumo.

Em um clássico estudo longitudinal, realizado na *Stanford University* por Mccord e Mccord (1960), foram investigados, durante quase 30 anos, 255 meninos. Esses "meninos", ao final do estudo, estavam com idades entre 30 e 35 anos e demonstraram que os futuros alcoolistas foram na infância, mais autoconfiantes, menos perturbados por medos normais, mais agressivos, hiperativos e heterossexuais, comparativamente com os que não desenvolveram alcoolismo.

Outro estudo prospectivo tomado como referência é o de Vaillant (1983), autor do livro "A História Natural do Alcoolismo", por possuir amostra e seguimento maiores. Este autor e seus colaboradores acompanharam sua amostra de 660 indivíduos, procedentes de duas subamostras (de 204 e 456 meninos, respectivamente) por mais de 50 anos. Após todo este tempo, ele dispõe de dados de 559 "meninos".

Vaillant (1995) conclui que mães que proporcionaram cuidados inadequados não aumentaram a chance de ter filhos alcoolistas, e mais, que mães que proveram relações calorosas não tiveram menos alcoolismo do que as demais na prole. Tais achados contrastam com os relativos à figura paterna, pois claramente uma relação calorosa com o pai foi capaz de gerar menos alcoolismo, e, inversamente, foi marcante a prevalência de uso alcoólico entre aqueles que tiveram má relação com o pai. Para este autor, seria maior o fator protetor de boas relações na infância do que etiogênica a presença de fatos traumáticos. A hereditariedade, a etnicidade (ser latino) e a presença de comportamentos anti-sociais na infância foram os fatores mais associados ao futuro alcoolista, na amostra estudada por esse pesquisador.

Em síntese, os estudos apresentados reforçam que quanto maior o número de fatores de proteção, menor a possibilidade do sujeito se envolver com o uso de drogas. Esses fatores estão relacionados ao ambiente estável, alto grau de motivação, forte vínculo familiar, supervisão parental e disciplina consistentes, ligação com instituições pró-sociais e associação com amigos não usuários. A criação de hábitos familiares, tais como o estabelecimento de limites, acompanhamento das atividades escolares diárias, refeições à mesa, acompanhamento da saúde física e mental dos filhos também são fatores apontados nas pesquisas mencionadas. Por outro lado, mães que apresentavam comportamento abusivo de drogas, adolescentes com história de abuso físico ou sexual na infância, uso precoce de drogas, aumentariam significativamente os fatores de risco, com a conseqüente maior prevalência de consumo.

### 2.2.2 A legislação Brasileira:

Sobre a legislação, de acordo com sistemático estudo contido na Tese de Doutorado de Perovano (2011), a primeira norma sobre drogas colocada em

vigência no Brasil é do Presidente Epitácio Pessoa, e seu ministro da Justiça, Alfredo Pinto Vieira de Mello: o Decreto nº 4.294 de 6 de julho de 1921. Em obra sobre Farmacodependência, Sollero (1979) descreve as motivações e regulamentações decorrentes desse período. Relata que esta Lei foi instituída para tratar de um novo fenômeno social, observado no Brasil, em especial em grandes centros populacionais, durante e logo após a Primeira Guerra Mundial, quando a sociedade médica, representada pela Academia Nacional de Medicina exigiu do Governo Federal a atenção ao crescente número de doentes que precisavam de tratamento hospitalar para uma nova modalidade de enfermidade produzida pela intoxicação de cocaína, ópio e seus derivados.

A legislação citada se constituiu na primeira lei que trata especificamente da repressão à venda e ao abuso de substâncias que causam dependência, estabelecendo penalidades contra os seus infratores na venda da cocaína, ópio, morfina e derivados, assim como previu a criação de um estabelecimento para a internação dos intoxicados pelo álcool ou substâncias venenosas. A norma estabeleceu ainda as formas e o processo penal. A Lei, em seu artigo 6º, não se restringiu a punir o usuário e dependente, mas também à criação de um estabelecimento especial, com tratamento médico e regime de trabalho, com duas partições, uma de tratamento judiciário e outra de internados voluntários. Esta idéia está contida no artigo nº 28 da nova Lei sobre Drogas no Brasil.

No que se refere ao consumo de álcool, o Decreto nº 4.294/21, dispunha que a apresentação do sujeito em visível estado embriaguês, e que causasse qualquer tipo de irrupção social como desordem pública ou que causasse dano a alguém ou a si próprio, assim como o fornecimento da substância inebriante a alguém que causasse embriaguês, ou que o proprietário de estabelecimento a comercializasse fornecendo ao público fora do horário fixado por lei municipal ou à pessoa com idade inferior a 21 anos (ainda que destinado a consumo de outrem).

Em seu artigo 6º, este instrumento legal prevê o controle do receituário médico, em que os farmacêuticos não poderão mais vender ou ministrar substâncias sem a prescrição médica ou de cirurgião-dentista, nos termos do então, Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública.

A Lei nº 6.368, de outubro de 1976, embora criticada por penalizar traficantes e usuários de forma muito similar, era exemplar no que se refere à prevenção, responsabilizando toda a sociedade por esse processo e dedicando

especial atenção ao papel da educação na prevenção. Destaca-se aqui, o Capítulo I – Da prevenção, que, se fosse cumprido, ao longo dos anos resultaria em impacto bem diferente do que é vivenciado na atualidade.

Sobre a lei 6368/76, Asinelli-Luz (2000) destaca a ênfase na prevenção, no comprometimento de toda a sociedade e também porque obriga os diretores de escolas (“dirigentes de estabelecimentos de ensino”) a tomar decisão sobre a implantação de programas de prevenção em relação ao tráfico e ao uso de drogas, no âmbito de suas dependências e nas imediações, o que vale dizer, adotar medidas de prevenção que envolva a comunidade circunvizinha, somando forças e definindo objetivos comuns.

Este fato em si vem ao encontro do Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência - PROERD, e tem como tripé de sua sustentabilidade a integração e interação entre polícia, família e escola e comunidade.

De acordo com Carvalho e Miranda (2004), quando a Lei 6.368/76 foi finalmente tida como, de certa forma, ultrapassada, surgiu a Lei 10.409/2002, que apresentou já no seu processo de elaboração legislativa falhas no projeto de lei que resultaram em sua “semi-aprovação”, ou seja, a nova lei sucedeu em apenas alguns artigos, o que originou o caso da dupla vigência, ou seja, das Leis nº 6.368/76 e 10.409/2002. Sucede-se em função de que a segunda Lei apontada estava eivada de dispositivos inconstitucionais<sup>13</sup> e deficiências técnicas que teve vetada a sua parte penal, aproveitando-se basicamente a parte processual.

A Lei nº 10.409/2002, assim como a Lei nº 6.368/76, estabelecia penas alternativas para usuários, mantendo, assim, a possibilidade de o dependente de drogas ter a pena restritiva de liberdade. O Governo Federal justificou o veto legal alegando que a lei não previa prazos para o cumprimento das penas, o que é considerado inconstitucional.

A partir do mês de agosto do ano de 2006, entra em vigor no Brasil a nova legislação brasileira sobre drogas, a Lei nº. 11.343, que se refere à aquisição de recursos financeiros e suporte técnico, assim como a anterior (Lei nº 6.364/76), possibilitou que a União pudesse celebrar convênios com os Estados, com o Distrito Federal, Municípios e com entidades públicas e privadas, além de organismos estrangeiros, para a prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão ao tráfico e ao uso indevido de produtos, substâncias ou drogas ilícitas.

A Lei orienta que entre as medidas de prevenção deva incluir-se a orientação escolar nos três níveis de ensino, bem como, prevê que os dirigentes de estabelecimentos ou entidades das áreas de ensino tomem todas as medidas necessárias à prevenção, ao tráfico e ao uso de substâncias ilícitas, que causem dependência física ou psíquica.

Assim como na Lei nº 6.364/76, o dispositivo legal delega a responsabilidade aos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, a implantação de medidas preventivas, portanto, vinculadas diretamente à educação para a prevenção, e exclui qualquer tipo de atividade que contenha hibridismos, a saber, algum tipo de educação preventivo-repressiva.

As medidas de prevenção referidas no *caput* do art. 18 da Lei 11.343 são, entre outros objetivos “incentivar atividades esportivas, artísticas e culturais, promover debates de questões ligadas à saúde, cidadania e ética, manter nos estabelecimentos de ensino serviços de apoio, orientação e supervisão de professores e estudantes e manter nos hospitais atividades de recuperação de dependentes e de orientação de seus familiares” (BRASIL, 2006).

O surgimento da nova lei sobre drogas, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, vem de forma mais madura tratar a questão do tráfico e uso de drogas ilegais, trazendo uma interpretação mais condizente com os atuais moldes sociais nos quais os indivíduos se inserem, uma vez que a dinamicidade presente nas questões sociais, necessita do sempre gradativo adequar legal. Desta feita, a lei discrimina, para fins de procedimentos, quem é usuário, quem é dependente e quem é o traficante de drogas.

As advertências sobre os efeitos das drogas já se constituem práticas, quando da aplicação de penas alternativas a usuários nos Juizados Especiais, os juízes comumente fazem menção à reprovação do uso de drogas, referindo-se às conseqüências de sua contínua utilização e porte, entretanto, não se pode ver a simples advertência como meio coator alicerçado nas aludidas bases coercitivas de prevenção terciária e da reinserção social.

O Art. 144 da Carta Magna (BRASIL, 1990) relata que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercido para a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, através de órgãos específicos, dentre eles a Polícia Militar. Assim, compete às Corporações Policiais

Militares em todo o país a incumbência primeira da prevenção e no segundo plano a repressão.

Já a Constituição Estadual do Paraná (PARANÁ, 1989), em seu Art. 220, incisos III e IV, estabelece como incumbência do Estado, a participação dos Municípios e da Sociedade, a promoção de programas de assistência integral à criança e ao adolescente, dentre eles a prevenção e atendimento especializado a dependente de entorpecentes e drogas afins, bem como a realização de cursos, palestras e outras atividades do gênero para a orientação programática e pedagógica, especialmente em campanhas antidrogas.

A Lei nº 9.394 (BRASIL, 1990), conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, define em seu texto legal no Art. 1º. Que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias, que por sua vez deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A LDB guarda ainda os princípios da responsabilidade compartilhada entre a família e o Estado no desejo de formular e programar políticas educacionais, como é o caso do Plano Nacional de Educação, a LDB materializa-se para colocar em prática políticas, e especialmente aquelas relativas à prevenção.

Dentro de toda a discussão sobre a permissividade ou não do uso de drogas está a atual divisão entre as *drogas lícitas* e as *drogas ilícitas*, contida na legislação pertinente nacional. Aparentemente e historicamente, a comunidade científica e os governos em geral atestam esta divisão com argumentos de preservação da saúde física e mental dos indivíduos e a sua autonomia para levar uma vida considerada “normal”, ou seja, produtiva, principalmente do ponto de vista do trabalho assalariado.

O Governo do Paraná instituiu no mês de agosto de 2005, com o de Decreto Estadual nº 5.679/05, a Formação em Cidadania Plena, para todos os níveis de ensino do Estado (ensino básico e superior), com enfoque na prevenção primária ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas. A previsão é de que as ações nessa área sejam realizados de forma interdisciplinar, com a participação da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em

concordância com as universidades e faculdades estaduais, com a manutenção, implementação e criação de trabalhos em educação preventiva primária em vários âmbitos.

A discussão desses encaminhamentos por parte dos profissionais da educação é que a educação preventiva sobre drogas e demais temas sociais e contemporâneos seja realizada de maneira espontânea pela escola, sem a necessidade do estabelecimento ter mais uma norma legal, e de caráter coercitivo. Por outro lado, a visão política que encerra a suposta solução do problema, seja por parte do poder executivo, legislativo e por vezes, do poder judiciário, é a criação de engenhos repressivos, pois observam em determinadas instâncias a inabilidade do trabalho pedagógico sobre temas sociais, tais como o uso de drogas.

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.134, de 2002, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. – SISNAD, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico de drogas e tipifica os crimes correlatos.

A Lei no “Título II” institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD regulamenta ainda o controle e restrição da venda e da propaganda de bebidas alcoólicas, assim como medidas por intermédio de políticas públicas que diminuam o consumo e promovam a redução de danos sociais e à saúde causada pelo uso prejudicial do álcool, em especial em grupos vulneráveis como crianças e adolescentes.

O texto legal traz que as atividades de prevenção ao uso indevido de drogas devem observar alguns princípios e diretrizes como o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção ao uso de drogas para profissionais da educação nos três níveis de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 (BRASIL, 1990), possui um compromisso com a causa da criança e do adolescente brasileiro e torna-os como prioridade legal, manifestados no respeito ao seu processo de crescimento e desenvolvimento, e no seu TÍTULO II - Dos Direitos Fundamentais, Capítulo I – Do Direito à Vida e à Saúde, vem a tratar no art. 7º que: “A criança e o adolescente tem direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Importante ressaltar que o ECA (Lei 8.069/90) considera criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos e adolescentes de doze a dezoito anos de idade incompletos.

No CAPÍTULO II - Das Medidas Específicas de Proteção, em seu Art. 100, relata: “Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”.

Observa-se a importância que é dada à informação e ao caráter pedagógico que lhe é dado, ou seja, enquanto princípios educativos que lhes possibilitem, diariamente, construir o seu projeto de vida consciente.

Para finalizar esse relato histórico de como andam as leis sobre drogas por aqui, é necessário reforçar que a Lei nº 11.343/06 traz algumas novidades, em especial o § 1º do art. 28, que transpõe o conceito de pena privativa de liberdade (tratada pela Lei nº 6.669/76) para a restritiva de direitos. Essa iniciativa constitui o prenúncio da descriminalização da droga no Brasil, a exemplo de outros países, a começar pela maconha.

Nesse sentido, fica claro que o mesmo Estado que determina responsabilidade de assegurar a educação preventiva primária sobre drogas, como competência da União, juntamente com a família e a sociedade, de assegurar às crianças e aos adolescentes os direitos e as garantias fundamentais do ser humano, é o mesmo que inicia o incentivo tácito ao uso dessas substâncias.

### 2.2.3 As drogas e os resultados nacionais:

A situação real da condição de consumo de substâncias psicoativas no Brasil foi mapeada a partir de investigações epidemiológicas, a contar do ano de 1987 (CARLINI-COTRIN, 1990), (BUCHER, 1992), graças à política, às pesquisas científicas e o esforço de diversos grupos de investigadores universitários. Os dados até a data citada eram baseados em estatísticas policiais ou ocorrências dos institutos médicos legais.

No Brasil, o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID vem realizando, sistematicamente, pesquisas sobre o consumo de drogas entre escolares, levantamento domiciliares e entre meninos em situação de rua. Nesse processo, mais de 107 cidades brasileiras com população acima de 200 mil

habitantes e 27 Capitais Brasileiras forneceram dados relevantes para a adoção de políticas de saúde pública de segurança e de educação em prevenção ao uso de drogas.

Ressalta-se quanto ao uso de drogas psicotrópicas, exceto o álcool e tabaco (drogas mais utilizadas), a maconha foi a droga mais citada nas pesquisas brasileiras.

Para melhor entender os resultados mais recentes de pesquisas nacionais realizadas pelo CEBRID no Brasil, apresenta-se a classificação farmacológica das substâncias psicoativas conforme Palfai e Jankiewicz (1997):

- a) Drogas Depressoras do Sistema Nervoso Central (SNC): substâncias que suprimem, inibem ou diminuem alguns aspectos da atividade do SNC, tais como: hipnóticos, neurolépticos ou tranqüilizantes maiores, ansiolíticos ou tranqüilizantes menores, álcool, benzodiazepínicos, opióides, solventes, e outras;
- b) Drogas Estimulantes do SNC: qualquer agente que ative, acentue ou aumente a atividade neural, também chamado de psico-estimulante. Pode-se citar: cocaína, antidepressivos, anfetaminas, supressores do apetite, cafeína, dentre outras;
- c) Drogas Alucinógenas: são substâncias que induzem alterações do senso-percepção, do pensamento e dos sentimentos parecidos aos das psicoses funcionais, sem, no entanto, produzir as importantes alterações da memória e da orientação características das síndromes orgânicas. São exemplos: o LSD, maconha, MDMA, mescalina, psilocibina, e outras.

A *Federal Drug Enforcement Administration* (DEA) elaborou uma classificação bastante adotada hoje pelos órgãos de saúde pública e vigilância sanitária de todo o mundo. A classificação baseia-se tanto na utilidade clínica da substância, quanto no seu potencial de uso nocivo.

Nesse sentido, intenciona-se abordar os efeitos físicos produzidos pelas drogas no organismo e suas conseqüências sociais advindas se seu uso, na faixa etária dos sujeitos pesquisados na presente pesquisa.

#### 2.2.4 Sobre Álcool

Acerca do uso na vida<sup>15</sup> do álcool, o sexo masculino fez mais uso do que o feminino, fato observado em todas as faixas etárias. A população pesquisada (população pesquisada a partir de 12 anos de idade) faz uso regular de bebida

alcoólica (bebem no mínimo de três a quatro vezes por semana), sendo que o sexo masculino bebe mais regularmente, e cinco vezes mais na faixa etária de 25 anos.

Sobre dependência química, a prevalência é maior na faixa etária compreendida entre 18 a 25 anos de idade. Em todas as faixas etárias, o sexo masculino usou álcool a mais que a quantidade pretendida, e partir dos 35 anos de idade cerca de três vezes a mais.

Vale ressaltar que, entre os 12 aos 17 anos de idade, já se constata o fenômeno da tolerância<sup>16</sup>, embora com percentagens em torno de 1%, com o aumento progressivo por faixa etária. Se com 12 anos já se manifesta a tolerância ao álcool, pode-se afirmar que o início do uso tem sido cada vez mais cedo, com as pesquisas indicando a idade de 9 a 10 anos como marcantes para o início do uso.

Aponta que o sexo masculino esteve mais exposto a situações de risco sob o efeito do álcool, sendo que na faixa etária de 12 a 17 anos de idade se observou a média de 2% da população. Sobre a diminuição ou parada de ingestão de álcool, a faixa etária de 12 a 17 anos de idade apresentou que 10,9% dos homens tiveram atitudes positivas<sup>17</sup> e 6,3% das mulheres apresentaram o mesmo comportamento.

Em relação às bebidas alcoólicas e ao tabaco, a própria Constituição Federal prevê que a propaganda esteja sujeita a restrições legais e advertências sobre os malefícios decorrentes do seu uso, mas o país carece de uma tradição de movimentos sociais preocupados com a questão do abuso de álcool, sendo este problema considerado freqüentemente como uma questão somente médica.

A nova Lei nº 11.705/2008, denominada de “Lei Seca”, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, aponta que o consumo de qualquer quantidade de bebidas alcoólicas por condutores de veículos está proibido. A Lei prevê que o condutor que, ao se submeter ao teste de alcoolemia, apresentar entre 0,11 e 0,29 miligramas de álcool por litro de ar expelido é multado em R\$ 957,70, tem a carteira de habilitação recolhida e pode perder o direito de dirigir por um ano. Caso ultrapasse o limite, o motorista é preso em flagrante e estará sujeito a pena que varia de seis meses a três anos de detenção. Dados estatísticos<sup>18</sup> da Polícia Rodoviária Federal (PRF) revelam que a aplicação da lei seca no Paraná não teve como reflexo apenas a queda no número de mortos e feridos, mas também a diminuição no número de motoristas flagrados dirigindo sob efeito do álcool.

Observa-se no Brasil o crescente movimento em direção à diminuição do consumo de drogas lícitas como o álcool, tabaco e medicamentos. No entanto, uma

postura mais responsável depende do trabalho de educação preventiva sobre drogas nos espaços formais e não-formais de educação e na família. Outro fator percebido nesse movimento é a execução de políticas públicas nas áreas da educação, saúde, segurança pública e a participação de parceiros como a imprensa.

Ressalta-se ainda que o foco principal dos princípios de educação para a prevenção adotados no PROERD são as drogas legais momento que são trabalhados dentre outros fatores, relações de consumo e estratégias adotadas nas propagandas para a aquisição dessas substâncias.

O Código de Trânsito Brasileiro de 1997 proíbe o condutor de veículo dirigir sob a influência de álcool em nível superior a 0,6g (seis decigramas) por litro de sangue ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica. A infração, neste caso é considerada de natureza gravíssima, sujeitando o infrator às penalidades de multa, de apreensão do veículo e de suspensão do direito de dirigir.

### 2.2.5 Sobre heroína

Quanto à heroína, observa-se que na faixa etária de 12 a 17 anos de idade, o percentual masculino é nulo e o feminino de 0,2%.

### 2.2.6 Sobre cocaína e crack

Acerca do uso de cocaína, no total 2,3% das pessoas entrevistadas já fizeram uso da substância. Na faixa etária de 25 aos 34 anos, 7,2% dos entrevistados do sexo masculino fizeram uso.

Acerca do uso de cocaína, no total 2,3% das pessoas entrevistadas já fizeram uso da substância.

Na faixa etária de 25 aos 34 anos, 7,2% dos entrevistados do sexo masculino fizeram uso.

### 2.2.7 Sobre esteróides

Acerca dos esteróides e anabolizantes, menos de 1% já fez seu uso, dos quais o predomínio de uso maior é encontrado entre os jovens, medicamentos como Durateston® e Durabolin®.

### 2.2.8 Sobre maconha

Sobre o uso da maconha, a estimativa de uso no país aparece em primeiro lugar entre as drogas ilícitas, com cerca de 6,9% dos entrevistados.

Interessante notar que as percentagens de uso na vida, na faixa etária entre 12 e 17 anos de idade, são bastante semelhantes, masculino 3,4% e feminino 3,6%.

A Região Sul foi a que registrou a maior percentagem de dependentes de maconha, 1,6%.

### 2.2.9 Sobre alucinógenos

Sobre os alucinógenos, menos de 1% da população brasileira já fez uso dessas substâncias, como “LSD-25”, “chá de cogumelo”, mescalina e êxtase.

Como resultado da análise do II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil – 2005, contido na Tese de Doutorado de Perovano (2011), pode-se apontar que:

- A população entrevistada apresentou conceitos “quanto a facilidade na aquisição de droga”, afirmaram ser de fácil obtenção a maconha, caso desejassem.
- Observa-se as médias percentuais muito próximas, sendo na faixa etária de 12 a 17 anos de idade o percentual de 54% dos entrevistados e na faixa etária de 18 a 24 anos de idade o maior percentual registrado, que foi de 68,5%.
- Quanto à cocaína, os entrevistados apontam que é muito fácil conseguir a droga psicotrópica. Na faixa etária de 12 a 17 anos de idade a maior média percentual é de 37,8% e na faixa etária de 18 a 24 anos de idade a maior média percentual registrada é de 50,4%.

- Quanto aos solventes, em torno de 70% das pessoas entrevistadas afirmam ser muito fácil conseguir a substância psicotrópica, caso desejassem.
- Quanto às pessoas que foram procuradas para comprar drogas nos últimos 30 dias prévios à entrevista, constatou-se que entre os jovens aparecem os maiores percentuais, cerca de 10,7% no sexo masculino na faixa etária de 18 a 24 anos de idade.
- Em torno de 18,3% das pessoas nas faixas etária de 12 a 17 e 18 a 24 anos de idade, presenciaram alguém vendendo drogas nas vizinhanças.
- Quanto às pessoas que consideram risco grave beber um ou dois *drinks* por semana, importante salientar que o sexo feminino possui um conceito mais apurado que o sexo masculino. A média percentual geral é de 26,7% e na faixa etária de 12 a 17 anos de idade a média percentual é de 29.6%.

Quanto a questões que envolvem violência por parte dos usuários de álcool e outras drogas, a pesquisa apresenta os itens “agressões e discussões”. Os maiores percentuais situam-se nas faixas etárias de 25 a 34 anos de idade, sendo que na faixa etária de 12 a 17 anos de idade, no que se referem às agressões, os percentuais são próximos às outras médias por idade.

Em 2010, o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) concluiu e divulgou o VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada nas Capitais Brasileiras, onde participaram 5.226 estudantes do 8º e 9º ano do ensino fundamental e dos três anos do ensino médio.

Das drogas usadas, o álcool foi a mais utilizada, ou seja, 40% dos estudantes haviam bebido no mês anterior à pesquisa, enquanto 10% haviam consumido tabaco, a segunda droga mais prevalente.

A média de idade para o consumo do álcool é de 12,5 anos e o primeiro consumo de álcool ocorreu em casa para a maior parte dos entrevistados (46,0%).

Um dos dados que mais chamou a atenção no levantamento é: no ensino médio, 33% dos estudantes consumiram álcool no padrão conhecido como *binge20 drinking* – ou “beber pesado episódico” – no mês anterior à pesquisa.

O estudo, de acordo com o contido na Tese de Doutorado de Perovano (2011), revelou alguns aspectos importantes:

- Os padrões de consumo que merecem atenção entre os estudantes da rede particular, em especial em relação ao álcool. Um terço dos estudantes do ensino médio relatou a prática de *binge drinking* no mês anterior ao estudo, o que é uma porcentagem

- elevada. Esse comportamento traz alto risco, pois o adolescente embriagado fica em situação de vulnerabilidade em vários aspectos da vida, favorecendo brigas, acidentes de trânsito e sexo desprotegido, por exemplo; além do fato de ser uma faixa etária em que há restrições morais e legais em relação ao consumo de álcool;
- O estudo mostrou que cerca de 80% dos estudantes do ensino fundamental e 70% do ensino médio nunca usaram qualquer droga exceto álcool e tabaco;
  - O estudo mostrou que cerca de 80% dos estudantes do ensino fundamental e 70% do ensino médio nunca usaram qualquer droga exceto álcool e tabaco;
  - A idade média de início de uso das substâncias psicoativas ficou em 12,5 anos para o álcool, 13,5 anos para o tabaco e para calmantes, quatorze anos para inalantes e 14,5 anos para maconha, cocaína e estimulantes tipo anfetamina;
  - O estudo indicou que o comportamento *binge drinking* no mês anterior à pesquisa estava mais presente entre os meninos (26,8%), mas também foi elevado entre as meninas (21,7%). Em torno de 7,3% dos meninos e 5,4% das meninas relataram ter bebido no padrão *binge* de três a cinco vezes no último mês;
  - Outros fatores de risco para o comportamento *binge* foram o sexo (o risco aumenta em 70% entre os meninos), idade (50% para cada ano a mais), pais separados (30% mais risco), não confiar em Deus (40%) e não conversar com os pais (60%);
  - A condição socioeconômica também influencia: o risco é duas vezes maior entre os estudantes das escolas com mensalidade acima de R\$ 1,2 mil;
  - O estudo também identificou fatores de risco e de proteção ligados ao consumo das drogas, tais como, maior número de saídas noturnas e presença de modelos em casa relacionada ao consumo de bebida alcoólica.
  - Vários fatores se mostraram associados à prática de *binge drinking*. Entre alunos do ensino médio, por exemplo, morar com alguém que se embriaga aumentou duas vezes a chance de ocorrência desse comportamento. Sair à noite uma vez por semana aumentou as chances em 9,5 vezes. Sair à noite todos os dias aumentou as chances de comportamento *binge* em 20 vezes.
  - De acordo com o estudo, o primeiro consumo de álcool ocorreu principalmente na casa do adolescente (46,0%), na casa de amigos (26,0%) e em 15% em casas noturnas. A bebida foi oferecida pela primeira vez por familiares (46,0%) ou amigos (28,0%). Apenas uma parcela de 21,0% respondeu “peguei sozinho”. Os meninos deram
  - Preferência à cerveja e as meninas às bebidas tipo “ice”, batidas, caipirinha e vinho;
  - O tabaco, assim como o álcool, esteve mais associado a estudantes do ensino médio: 33,0% dos estudantes experimentaram alguma vez na vida, contra 14,8% do ensino fundamental. Os fumantes regulares (que consomem tabaco mais de 19 dias no mês) correspondem a cerca de 4% dos estudantes do ensino médio e menos de um por cento do ensino fundamental. Portanto, meninos e meninas fumam em quantidade e frequência semelhantes;
  - O consumo de inalantes apresentou diferença considerável de gênero: 16,2% dos meninos e 11% das meninas experimentaram alguma vez na vida. O padrão de consumo mais comum foi de um a cinco dias por mês. No ensino fundamental, os tipos de inalantes preferidos foram o esmalte e acetona (41,7%) e gasolina (38,4%). Já entre os estudantes do ensino médio, os mais comuns foram os inalantes ilegais: “lança” e “loló” (71,9%);
  - O estudo indica diferenças de gênero e escolaridade em relação ao consumo de maconha. Cerca de 5% dos meninos fumaram a droga

- no mês anterior à pesquisa, contra 2,5% das meninas. A maior prevalência do uso de maconha esteve entre os estudantes do ensino médio: 16% já utilizaram alguma vez na vida, contra 3,8% do ensino fundamental;
- Em torno de 3,2% dos meninos experimentaram cocaína pelo menos uma vez na vida;
  - O consumo de calmantes e anfetaminas, por outro lado, foi mais comum entre as meninas: 7,5% utilizaram calmantes alguma vez na vida, contra 3,2% dos meninos. No ano anterior à pesquisa, essas substâncias foram usadas sem prescrição médica por 5% das meninas e 2,5% dos meninos. O uso de calmantes esteve associado à família. Na primeira ocasião de consumo, a droga foi geralmente oferecida por algum familiar (50%). “Peguei em casa” foi a resposta de outros 38,0%;
  - Os adolescentes afirmaram ainda terem utilizado pelo menos uma vez na vida, drogas como o ecstasy (4,3% dos meninos e 1,7% das meninas), benflogin (2%), anabolizantes (2,5% entre os meninos e 0,2% entre as meninas) e LSD ou chá de cogumelo (2% dos meninos e 1% das meninas);
  - O consumo “pelo menos uma vez na vida” – que segundo os pesquisadores não caracteriza o adolescente como usuário da droga – foi de oitenta por cento para o álcool, 24,6% para o tabaco, 13,6% para inalantes, 10,7% para maconha, 5,3% para calmantes, 3,6% para estimulantes tipo anfetamina (ETA) e 2,2% para cocaína.

Do contexto geral da pesquisa, o estudo revelou padrões de consumo que merecem atenção entre os estudantes da rede particular, em especial em relação ao álcool

O estudo indica que as ações preventivas sobre drogas nas escolas e na família devem ser iniciadas em idades precoces, com ênfase em drogas lícitas como o álcool e o tabaco. Ressalta-se que campanhas preventivas são focadas em drogas como maconha e cocaína, contudo essas substâncias são consumidas em faixas etárias mais altas e contextos sociais diferentes, considerando-se que o estudo mostrou que cerca de 80% dos estudantes do ensino fundamental e 70% do ensino médio nunca usaram qualquer droga exceto álcool e tabaco.

Os resultados mostram que a proporção de estudantes que relatou já ter consumido substâncias psicoativas é semelhante à registrada em estudos anteriores com alunos da rede pública de ensino, embora alguns padrões de consumo tenham apresentado diferenças. A frequência de consumo de álcool foi maior nas escolas públicas. Contudo, nas escolas privadas, quando os estudantes bebem estão mais sujeitos ao exagero do consumo.

A isso se sugere aos pais ou responsáveis mais atenção à negociação de limites e aos exemplos familiares. O adolescente que arrisca no consumo de drogas

também se arrisca em outros aspectos da vida, o que exige maior e melhor monitoramento por parte dos familiares.

No entorno das escolas, mais do que dentro delas, constata-se a presença do tráfico e do consumo de drogas. Apontam-se os *bares ou botequins* como os lugares que, com maior probabilidade, comercializam-se drogas.

Referente à relação entre uso de drogas e reprovação escolar, ao considerar o universo de estudantes que já reprovaram mais de uma vez, constata-se que uma média de 16,2% deles afirma nunca ter feito uso de drogas, enquanto que a média daqueles que as utilizam freqüentemente é duas vezes maior (31,3%). Reforçando a associação entre consumo de drogas e reprovação escolar, uma média de 21,7% dos estudantes que já reprovaram e experimentaram drogas pelo menos uma vez na vida.

No Brasil, segundo a literatura, há índices significativos de usuários de drogas nas escolas (CAMPOS, TORRES e GUIMARÃES, 2004). Dentre as drogas ilícitas, a maconha é das mais experimentadas e utilizadas com maior freqüência por adolescentes, no Brasil e também em outros países, como Chile, México, Estados Unidos, Noruega e Croácia, e na América Central (CARLINI-MARLATT, 2001).

De acordo com Coutinho, Araújo e Gontiers (2004), o consumo de maconha é um problema de saúde pública difícil de ser controlado, pois se associa às características próprias da adolescência, na qual surgem conflitos com os pais e a sociedade, busca por liberdade individual e desejo por novas experiências. Essa droga é freqüentemente considerada pelos jovens menos maléfica do que outras drogas ilícitas ou mesmo lícitas.

Assim como o tabagismo e o etilismo estão associados ao consumo de maconha, a experiência com essa droga é por vezes considerada a "porta de entrada" para as demais drogas ilegais, como cocaína, alucinógenos e *crack*. Sanchez e Nappo (2007) entrevistaram 31 usuários ou ex-usuários de *crack* em um estudo qualitativo para saber a seqüência de drogas utilizadas por eles.

O estudo indicou uma primeira fase de uso pesado de drogas lícitas (álcool e tabaco) em idade precoce, seguida por uma segunda fase com consumo de maconha, iniciado geralmente entre 12 e 16 anos de idade. Todos os entrevistados referiram ter utilizado maconha antes de começarem o uso de outras drogas como cocaína, alucinógenos e *crack* (apenas um referiu utilizar primeiro chá alucinógeno e depois maconha).

Nos extratos de pesquisas mencionados, ressaltam-se os comportamentos de risco relacionados ao não uso de meios contraceptivos (tais como a camisinha masculina ou feminina), a relação sexual precoce, e a incidência com uso de drogas e violência. Esses comportamentos se encontram relacionados à gravidez e à contração de doenças como DST/AIDS, atraso escolar, uso de bebidas alcoólicas, consumo de outras drogas, problemas de

O que ressalta nas pesquisas é a vulnerabilidade dos adolescentes em relação ao consumo de drogas, as relações por vezes conflituosas encontradas nas famílias e a falta de conhecimento sobre temas sociais contemporâneos que, na escola, não encontra espaço com facilidade para programas adequadamente estruturados para a prevenção.

#### 2.2.10 A prevenção e a educação:

Todos os campos de estudos de prevenção<sup>22</sup> (seja primária, secundária ou terciária) sobre drogas têm como base a educação. Assim como toda educação preventiva sobre drogas é educação em saúde. Na escola, a prevenção deve se dar no nível primário, ou seja, abranger o conjunto dos estudantes a fim de evitar o primeiro contato com a droga ou prorrogar esse contato para mais tarde, quando tiver informação de qualidade e suficiente para saber fazer escolhas que propiciem vida saudável. A prevenção primária auxilia no desenvolvimento de resiliência e privilegia os fatores de proteção disponíveis nos sistemas bioecológicos do desenvolvimento humano.

De acordo com Noto (2004, p. 64), a literatura internacional aponta outro tipo de classificação para a prevenção na qual estão implícitos os conceitos de fatores associados à proteção e ao risco, considerando-se a multiplicidade de fatores envolvidos no uso abusivo e na dependência de drogas. Essa classificação é denominada de “intervenções universais, seletivas e indicadas”. Enquanto na classificação tradicional (primária, secundária e terciária) o foco é o grau de envolvimento do indivíduo com a droga, ou seja, em um escalonamento progressivo, a utilizada pela literatura internacional centra-se nas características do indivíduo ou na população: *intervenções universais*: programas destinados à população em geral, supostamente sem qualquer fator específico associado ao risco; *intervenções*

*seletivas*: ações voltadas para populações com um ou mais fatores associados ao risco para o uso indevido dessas substâncias; *intervenções indicadas*: incluem intervenções voltadas especificamente para pessoas identificadas como usuárias ou com comportamentos direta ou indiretamente relacionados ao uso indevido de substâncias.

A prevenção ao uso de drogas é um processo interdisciplinar que envolve os campos da antropologia, sociologia, psicologia, pedagogia, ciências políticas, econômicas (CRUZ, 1991), entre outras. A vasta questão que engloba o assunto drogas e que deriva de inconformidades sociais, psicológicas e fisiológicas, deixa de ter o enfoque farmacológico e policial, para tornar-se holístico.

Quando se fala em drogas, muitas pessoas ainda têm como representação a substância psicoativa para uso ilícito, cujas pessoas envolvidas são alvos de investigação a ações de cunho repressivo. Esquece-se que as substâncias ilícitas não são as drogas mais consumidas no Brasil. Aponta ainda que a procura da droga não está ao alcance de mecanismos de intimidação repressiva e que a questão crucial dos “fatores de risco” na população se constituem em questões de saúde pública e de educação.

Bucher (1992) ressalta que a idéia de prevenção, qualquer que seja o seu conteúdo, para que seja bem sucedida e encontre receptividade na população alvo e com efeitos tangíveis, é fundamental que as suas ações sejam norteadas por idéias construtivas e por valores humanos claramente pensados e enunciados, por objetivos baseados em uma concepção humana do humano do homem, e que levem em conta as características psicológicas e sociais do ser humano sobre o que se quer intervir.

Assim, as propostas preventivas devem ser destinadas não apenas a prevenir o uso de drogas, mas a resgatar toda uma dimensão humana desrespeitada. É uma tarefa difícil e complexa, pois envolve o ato de restabelecer sentidos para a vida social, devolvendo valores e normas éticas baseadas no respeito à pessoa e às suas diferenças, bem como ao ambiente e às tradições culturais, religiosas e históricas (LAPATE, 2002).

Dada à complexidade da problemática do uso das drogas por envolver a intervenção de múltiplos fatores biopsicossociais, o campo das ações preventivas é extremamente abrangente, desde a formação da personalidade do indivíduo até questões familiares, sociais, legais, políticas e econômicas.

Há um consenso de que o uso de substâncias psicoativas é multifatorial, com implicações de fatores psicológicos, biológicos e sociais. Alguns fatores normalmente citados são: curiosidade, obtenção de prazer, relaxamento das tensões psicológicas, facilitação da sociabilização, influência do grupo, isolamento social, dinâmica familiar, baixa auto-estima, manejo inapropriado da mídia na questão das drogas, influências genéticas, familiares com problemas com álcool, excessiva medicalização. O entendimento das características do uso entre os jovens e dos fatores de risco pode auxiliar na prevenção, principalmente da evolução do uso experimental para o quadro de uso nocivo e/ou dependência.

Para se implantar programas de prevenção adequados sobre o uso de drogas psicotrópicas numa determinada população, é necessário, antes de tudo, conhecer-se a realidade desse consumo. Nenhum dado isolado é suficiente para traçar um perfil da sociedade frente às drogas. Dessa forma, o planejamento de ações é indicado por intermédio de pesquisas que tem por fim fornecer um panorama sobre questões de saúde da população. Esse é o campo da epidemiologia.

A epidemiologia adquire relevância especial diante de temas polêmicos, como o uso de drogas entre adolescentes, temas estes que freqüentemente demandam de posicionamentos especulativos e emocionais.

Quanto mais precocemente se intervém, segundo Holder e Blose (1986), menos se gasta e maior a possibilidade de minimizar prejuízos ao uso de drogas e de aumentar a eficácia ao tratamento das dependências.

Outro fator é que a dependência química é doença crônica e freqüentemente necessita de tratamento de doenças em longo prazo (tratamento de manutenção), psicossocial ou farmacológico, para evitar complicações (O'BRIEN e MC LELLAN, 1996).

De acordo com Andrade e Bassit (1995), alguns grupos são considerados especialmente indicados para o desenvolvimento de programas de prevenção do uso de drogas e, portanto, torna-se importante obter o apoio deles: escolas, locais de trabalho, e de recreação, igrejas e grupos comunitários.

O sucesso e efetivação de um programa de prevenção estarão adstrito a resultados de pesquisas e experiências comprovadamente eficazes, preferencialmente discutidas por especialistas que desenvolveram o programa original e constantemente avaliado para verificação de sua eficácia.

Assim, não basta falar que o uso do tabaco faz mal à saúde, pois, se bastasse essa informação, médicos não seriam fumantes. Para transformar o conhecimento em atitude torna-se necessário criar condições propícias para a mudança de hábitos.

Métodos interativos, como discussão em grupos faz estimular o pensamento crítico. A comunicação e a competência social são mais efetivas do que técnicas didáticas tradicionais. Autores consideram que o tema aparecerá espontaneamente, quando forem abordadas questões como promoção à saúde, qualidade de vida, segurança e violência, prazer sexualidade, responsabilidade, liberdade e limites, modelos de sucesso.

Há necessidade da avaliação de programas de prevenção às drogas, pois se constitui de grande importância a observação do seu comportamento no meio social para estabelecer os indicadores de efetividade.

Autores como Bucher (1992) e Perhats (1996), consideram que somente aqueles mais próximos ao problema, pais e professores, no caso de programas de prevenção do uso de drogas baseado nas escolas, seriam capazes de uma avaliação crítica do programa.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 FUNDAMENTANDO A BUSCA

Entender concretamente as necessidades formativas dos profissionais da educação, ou seja, diretores de estabelecimentos de ensino e pedagogos, no tocante a fenômenos tais como a questão das drogas na escola e da violência, possibilitarão redefinir as condições de aplicação das políticas públicas que versam sobre esses assuntos.

Nesse sentido, os valores intrínsecos, os olhares desses profissionais acerca das questões sociais, seus anseios e até mesmo suas angústias que emergem diariamente pela ação de sua prática social junto às escolas é que trouxe tal motivação para o estudo dessa gama de demandas.

A necessidade de estudar esses profissionais provém da observação sistemática de que as ações desenvolvidas pelos policiais-militares na escola têm contiguidade com a noção de os profissionais da educação não se sentem preparados para lidarem com situações relacionadas à violência e drogas na escola.

Alguns entendem que a pesquisa consiste em um trabalho de apenas coletar dados e realizar um mosaico de informação, que por mais que estejam coerentes, não caracterizam logicamente o objetivo científico ou social da busca, ou seja, a coleta de informações, sistematização e descrição da realidade, de acordo com Demo (1995, p. 11).

Assim, como pesquisador, tem-se a concepção de que fundamentalmente se lida com pessoas, e como tal não se pode manter separados destas quando no momento da pesquisa, devem-se considerar suas preferências, idéias e valores que influenciam seu ato de conhecer e não apenas considera-las como objeto de pesquisa.

Como apontado por Lüdke e André (1986, p. 11) “ocupo-me com os processos e fico atento aos significados que as pessoas dão às coisas e à vida”.

A isto, a pesquisa como atividade humana e social, carrega consigo a carga de conhecimento histórica do pesquisador, que reflete diretamente na qualidade do resultado da investigação.

Nesse sentido, pode-se observar que essa questão deveria ser tratada de maneira analítica, mesmo se considerando a complexa questão do fenômeno educacional.

Assim, existe uma teia de possibilidades de pesquisas a serem desenvolvidas acerca do tema em questão e, intenciona-se apontar, contribuir, esclarecer, melhorar, desenvolver, criar novos espaços e olhares na construção de caminhos no que se refere às concepções de formação dos próprios policiais militares que aplicam programas de prevenção, tais como o PROERD, PEC e outras ações desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná.

### **3.2. ESCOLHA DA POPULAÇÃO DE ESTUDO**

A população estudada foi a de Diretores (as) e Pedagogos (as), de estabelecimentos de ensino municipais e estaduais, a qual foram pesquisados dez profissionais de cada categoria e escola, o que totaliza o total de 40 (quarenta) - N=40 - sujeitos investigados.

A coleta de dados foi realizada em 20 (vinte) estabelecimentos de ensino da cidade de Curitiba, Estado do Paraná, dos quais, 10 (dez) municipais e 10 (dez) estaduais, bem como, tomou-se o cuidado de distribuí-los equitativamente em escolas situadas na área central e periférica do município.

Esse encaminhamento metodológico prevê essa referência geográfica para melhor homogeneização da amostra, consideram-se ainda fatores tais como comunidades, escolas, questões de ordem econômica e social, dentre outros.

### **3.3. TIPO DE PESQUISA**

A metodologia escolhida para realizar a pesquisa é conhecida como estudo exploratório, pois o tema proposto se constitui como escasso no campo da pesquisa, uma vez que outros temas relativos à violência ou ao consumo de drogas são discutidos, no entanto carecem de observar como os professores se encontram preparados para lidarem com essas demandas.

Idéias não estudadas e idéias vagamente vinculadas ao problema de investigação remetem à necessidade de se iniciar com um estudo exploratório Sampieri (1998, p. 69).

De acordo com Dankhe (1986), esse tipo de estudo serve para preparar o terreno, e ordinariamente antecede os estudos descritivos, correlacionais e explicativos.

Os estudos exploratórios, conforme especifica Dankhe, citado por Sampieri (1998, p. 59), “servem para nos familiarizarmos com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informações sobre a possibilidade de levarmos à cabo uma investigação mais completa sobre um contexto particular da vida real, investigar problemas do comportamento humano que considerem cruciais aos profissionais de determinada área, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para investigações posteriores ou sugerir afirmações”.

Essa classe de estudos fornece condições de avaliar o comportamento, as concepções, o olhar sobre si, do profissional da educação, sobretudo nessa situação em que há poucas informações.

Conforme Dankhe, citado por Sampieri (1998, p. 59), estudos exploratórios poderão determinar tendências de estudos, assim como, identificarem relações potenciais entre variáveis e estabelecer o tom de investigações posteriores mais rigorosas.

De acordo com o autor, a metodologia é caracteristicamente mais flexível ampla e dispersa, comparando-se com outros tipos de estudos. Porém, encerra maior risco e requer mais paciência, serenidade e receptividade por parte do investigador Sampieri (1998, p. 60).

Nesse sentido, verificou-se que pesquisam-se fenômenos educacionais, como “fenômenos sociais”, como é o caso da relação dos profissionais da educação com a sua formação inicial e seu processo histórico de desenvolvimento, para desvendá-los e proporcionar respostas apropriadas.

Assim, se justifica a busca de uma metodologia que, considerando também o contexto do fenômeno social que se estuda, privilegia a prática e o propósito transformador do conhecimento que se adquire da realidade que se procura desvendar em seus aspectos essenciais e acidentais.

### 3.4 COLETA DOS DADOS

O processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas e estanques, mas desenvolve em uma interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de forma que na coleta de dados, num instante deixa de ser tal e passa-se à análise de dados, e este é em seguida um veículo para nova busca de informações.

Para que a coleta de dados se proceda, a pesquisa qualitativa admite alguns tipos de caminhos, que foram utilizados na presente pesquisa, como o questionário semi-estruturado.

O questionário no formato semi-estruturado teve seu desenvolvimento e definição a partir da observação preliminar deste pesquisador acerca das necessidades formativas dos profissionais da educação.

Outro aspecto são as teorias da aprendizagem, teorias sobre a formação de professores e temas de educação e sociológicos que tratam de conhecimentos sobre prevenção primária às drogas e concepções de cultura de paz.

Nesse sentido, para a construção do questionário, conforme apontado por May, buscou-se transformar conceitos apropriados de teóricos em indicadores claros, de modo que tanto o pesquisado quanto o respondente tivessem clareza sobre os significados que eles têm (2001, p. 123).

O autor ainda esclarece que o questionário formulado necessita ter um teste-piloto em uma subamostra antes de ser aplicado à amostra (2001, p. 123). Esse teste-piloto visa saber se o questionário realmente funciona e se a diagramação, terminologia e desenho carecem de mudanças.

Seguindo a orientação do autor, os questionários foram testados em 20% da amostra, ou seja, dos Diretores e Pedagogos (as) - número corresponde a oito.

Com aplicação inicial do questionário, algumas terminologias adotadas e aspectos de diagramação do instrumento de coleta de dados citado teve de sofrer pequenas alterações.

Em seguida, foi estabelecida uma parcela significativa de indivíduos a serem estudados, conforme critérios estabelecidos na “escolha da população de estudo”, que se constituem suficiente o instrumento para a coleta e análise dos dados. O questionário foi elaborado com 18 questões semi-estruturadas.

De acordo com Fink, citado por May (2001, p. 114), “uma amostra é uma porção ou subconjunto de um grupo maior denominado de população. A população é o universo a ser amostrado. (...) Uma amostra boa é uma versão em miniatura da população”.

Após termos definidos os itens acima descritos, surge a necessidade de selecionar formas de investigação desse objeto.

Demo, citado por Minayo (1993, p. 51), “observa que o cientista em sua tarefa de descobrir e criar necessita em um primeiro momento, questionar. (...) Definido bem o nosso campo de interesse, nos possível partir para um rico diálogo com a realidade. Assim o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta.”.

Assim, além do questionário semi-estruturado, a pesquisa utilizou-se como fonte de informações as modalidades de observação participante.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

De acordo com Minayo (1994, p. 42), a “pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante nesse item é quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? A amostragem adequada é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.”.

Após, realizadas as alterações necessárias, o instrumento de coleta de dados (ICD) foi aplicado a 40 (quarenta) profissionais da educação, com 100% (cem por cento) de retorno dos ICD encaminhados, o que caracteriza o interesse e o compromisso desses educadores com a segurança e prevenção so uso de drogas na escola.

Quanto a algumas características gerais da população, pode-se citar que dos Diretores (as) ocorre uma distinção entre gênero (masculino e feminino) nos estabelecimentos de ensino de escolas estaduais e municipais. Nos estabelecimentos de ensino estaduais 60,0% são do sexo masculino e 40,0% feminino e nas escolas municipais, todas são Diretoras. No que se refere à categoria Pedagogo(a), a totalidade são mulheres.

Observa-se que os Diretores de estabelecimentos de ensino Estaduais e Municipais, encontram-se, respectivamente, 50% e 40%, na faixa etária de 29 - 38 anos.

Sobre o tempo de atuação na atividade profissional, os Diretores de estabelecimentos de ensino estaduais, na faixa de 0 a 15 anos de serviço, detêm o percentual acumulado de 60%, e os do município correspondem a 50% desse valor. Já as Pedagogas que atuam em escolas estaduais com até 10 anos de serviço detêm 60% do percentual acumulado e as profissionais que atuam no município até 10 anos de atividade correspondem a 80%.

Isso sugere que a atividade de orientação pedagógica tem relação direta com o desenvolvimento maturacional do educador e a mudança das crenças do educador sobre as posturas pedagógicas, de acordo com Picle (1985) e Guskey (1989).

Nesse estudo, foi utilizada como referência a explicação do modelo de desenvolvimento maturacional de Picle (1985), que pode explicar como o educador alcança a maturidade profissional utilizando o processo de evolução que vai desde a

concepção técnica e instrumental do conhecimento até a concepção mais científica ou filosófica.

Ressalta-se que o desenvolvimento maturacional dos educadores não ocorre necessariamente de forma linear ou de maneira progressiva e variam de acordo com cada sujeito, do seu processo histórico de formação, experiências anteriores, qualidade e duração das interações dentre outros fatores.

Sobre a escolaridade dos Diretores, é igual para as escolas do estado e as municipais, ou seja, 60% com graduação e 40% com pós-graduação *lato sensu*. As Pedagogas, tanto do Estado quanto do Município, apresentam 50% para graduação e outros 50% com pós-graduação *lato sensu*. Observa-se um incremento mínimo percentual em relação à escolaridade de Diretores e Pedagogas em relação à Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Os Diretores de estabelecimentos de ensino foram perguntados se desenvolvem a atividade de prevenção na escola, dos quais se pode observar, de acordo com a Tabela 1, que a maioria dos Diretores e Pedagogos realizam ocasionalmente a atividade pedagógica de prevenção ao uso de drogas ou a aplicação de outros temas sociais e contemporâneos.

TABELA 1 – PERCENTUAL VÁLIDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE PREVENÇÃO NA ESCOLA

FREQUENCIA	DIRETOR ESTADUAL	DIRETOR MUNICIPAL	PEDAGOGA ESTADUAL	PEDAGOGA MUNICIPAL
Sempre	40,0	30,0	30,0	30,0
Ocasionalmente	60,0	50,0	60,0	50,0
Raramente	0	20,0	10,0	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Os temas sociais contemporâneos, antes denominados de temas transversais, estão previstos na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a prevenção está prevista no tema sobre saúde. A grande discussão desses encaminhamentos por parte dos profissionais da educação é que a educação preventiva sobre drogas e demais temas sociais contemporâneos, seja realizada de maneira espontânea pela escola, sem a necessidade do estabelecimento de uma norma legal, tampouco com caráter coercitivo para o trabalho pedagógico. Dada a certa complexidade do tema, educação preventiva

sobre drogas, e outras modalidades de prevenção, caberia um tema específico na lei para a sua ampla abordagem.

Outra questão formulada aos respondentes é saber se julgam importante realizar a atividade de prevenção ao uso de drogas e de segurança nas escolas, dos quais, Diretores e Pedagogas, na sua totalidade apontaram que é importante o desenvolvimento dessa atividade.

Os Diretores foram ainda perguntados se buscam informações sobre o tema segurança e prevenção ao uso de Drogas. Os Diretores de escolas estaduais, 80% destes afirmam que buscam com frequência, em função de demandas que encontram cotidianamente no espaço escolar. Tal necessidade tem relação direta com a faixa etária dos estudantes, uma vez que cursam o 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano a ensino médio. Já Diretores de escolas municipais, 50% buscam informações com frequência e outros 50% o fazem ocasionalmente. Das Pedagogas de estabelecimentos estaduais, 70% buscam informações com frequência e das escolas municipais apenas 60% delas, o que incorre na mesma relação de necessidade apontada para os Diretores.

Outro aspecto abordado foi saber se os profissionais da educação investigados buscam informações. Dos Diretores de estabelecimentos de ensino estaduais, 60% destes, costumam buscar informações com especialistas de áreas multidisciplinares. Já, 90% de Diretores de escolas municipais procuram se manter informados por intermédio de sites de internet que abordam sobre o tema. O maior percentual de Pedagogas de escolas estaduais, 40% destas, buscam informações também com especialistas de áreas multidisciplinares e das escolas municipais, 60% delas também encontram as informações em sites de internet.

Os profissionais da educação foram ainda perguntados se estão preparados para tratar dos temas sobre segurança e prevenção ao uso de drogas para os estudantes. Os Diretores de estabelecimentos de ensino estaduais, 80% deles, não se sentem preparados para lidar com as questões apontadas. O Diretor da escola municipal, em 60% dos casos, aponta que na maioria das vezes. Ressalta-se que os mesmos percentuais se repetem para as Pedagogas e Diretor de estabelecimento de ensino estadual e municipal, respectivamente.

A importância do preparo do professor para o trabalho pedagógico com temas sociais contemporâneos, e por sua vez, a prevenção às drogas, constitui de fundamental importância a criança na fase de transição para a adolescência, pois

segundo Bronfenbrenner (2002), o potencial desenvolvimental de um ambiente aumenta em função do número de vínculos apoiadores existentes entre aquele ambiente e outros ambientes, tais como o conhecimento sobre temas sociais e a relação pedagógica diádica entre professor-estudante.

De acordo com Perovano (2011), esse processo é aumentado quando os vínculos apoiadores são pessoas com as quais o sujeito em crescimento desenvolveu uma díade primária (professor-estudante, pai-estudante). Nesse sentido, o potencial desenvolvimental inserido no mesossistema aumentará, formando uma rede de atividade fechada e colaborativa.

No caso da escola municipal, um grande aliado no processo de mudança de concepção nos educadores e na construção de uma cultura de prevenção, advém da aplicação do PROERD na escola, que fornece aos profissionais da educação ferramentas importantes de gestão, estratégias pedagógicas e conteúdo para lidarem com questões complexas sobre os temas mencionados.

Outro aspecto perguntado aos educadores foi saber se a escola proporciona formação continuada para tratar dos temas: educação preventiva sobre drogas e segurança na escola. Os Diretores de escolas estaduais afirmaram que em 60% dos casos fornecem ocasionalmente aos professores e equipe pedagógica formação continuada. Caso similar ocorre com a escola municipal, onde 70% dos Diretores realizam ou viabilizam este trabalho com sua equipe. No caso das Pedagogas de escolas estaduais, 60% realizam, de maneira autônoma, a orientação para o trabalho pedagógico com os educadores. Observa-se que o mesmo percentual é praticado pelas Pedagogas de escolas municipais.

Sobre a falta de formação continuada, García (1999, p. 87) investigou professores para saber o que restringiam suas capacidades de inovação. Como resultados foram encontrados cinco fatores:

- A insularidade artesanal: que tem a ver com a sensação que os profissionais têm de estarem isolados, com pouca formação, pouco conhecimento, que determina a insegurança na execução e falta de apoio;
- A disfuncionalidade operativa: relativo à escassa eficácia de inovações, atitudes inadequadas dos alunos, problemas de ordem na classe;
- Os custos sensíveis e benefícios diluídos: ou seja, os custos percebidos são maiores que os benefícios;
- A compulsividade do sistema: as dificuldades do próprio sistema, tais como a legislação, exigências do programa de trabalho, trabalho excessivo, e;
- As restrições instrumentais: através da escassez de materiais didáticos, espaços, e outros recursos.

Os fatores mencionados pelo autor, tais como a insularidade artesanal, compulsividade do sistema são observados e as restrições instrumentais são elementos que surgiram nas análises. No entanto, considerando-se todas as complicações mencionadas, pode-se observar casos já mencionados, de educadoras que recebem pouco ou nenhum estímulo, mas encontram meio de realizar a atividade com os estudantes na escola.

As Diretoras foram perguntadas se após a aplicação do trabalho de segurança na escola com o Programa Patrulha Escolar Comunitária (PEC) e com o PROERD na escola foi percebido maior interesse sobre o assunto pelos estudantes.

No que se refere aos Diretores de escolas estaduais, em 60% das respostas, o Programa PEC tem trazido maior compreensão pelo estudante acerca das suas responsabilidades sobre sua segurança e do próprio público. No caso dos Diretores de escolas municipais, em 100% dos casos houve a percepção acerca de maior interesse e envolvimento do estudante com o tema prevenção ao uso de drogas. As Pedagogas de estabelecimentos de ensino estaduais, em 60% dos casos observaram que os estudantes têm se interessado, inclusive, por outros temas contemporâneos também. Já as Pedagogas das escolas municipais têm o mesmo percentual de percepção que as Diretoras.

Foi perguntado às Diretoras se costumam estimular os professores sobre outros temas sociais e contemporâneos para o trabalho na escola. As Diretoras de estabelecimentos de ensino estaduais, em 80% dos casos, incentivam o trabalho e para as escolas municipais, apenas 50%. Observa-se que no trabalho pedagógico realizado pelas Pedagogas, 80% dessas profissionais pertencentes às escolas estaduais e 100% das escolas municipais, realizam o trabalho de incentivo.

Outro aspecto importante, e que ajuda a medir a responsabilidade compartilhada no processo de formação de conceitos sobre drogas e segurança na escola, se refere à participação efetiva dos pais ou responsáveis nas atividades escolares. Em 80% das respostas das Diretoras de estabelecimentos de ensino estaduais, percebem fraca a presença dos pais ou responsáveis na escola, bem como, os Diretores de escolas municipais, esta percepção ocorre em 70% dos casos.

TABELA 2 – PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DOS PAIS OU RESONSÁVEIS EM ATIVIDADES NA ESCOLA

FREQUENCIA	DIRETOR ESTADUAL	DIRETOR MUNICIPAL	PEDAGOGA ESTADUAL	PEDAGOGA MUNICIPAL
Sempre	20,0	30,0	60,0	30,0
Ocasionalmente	20,0	40,0	10,0	30,0
Raramente	60,0	30,0	10,0	20,0
Nunca	0	0	20,0	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

O aspecto acima mencionado se refere às estratégias preventivas na família que servem para reforçar os fatores de prevenção, segundo Carlini-Marlatt (2001). Desta maneira, a pesquisadora baliza que o planejamento das atividades preventivas deve ter como meta diminuir a probabilidade do jovem se envolver de maneira indevida com o uso de drogas. Assim, os programas de prevenção ao uso de drogas devem enfatizar a redução dos fatores de risco e ampliação dos fatores de proteção.

Os profissionais da educação foram perguntados se a sua formação inicial contribuiu para trabalhar questões relacionadas à segurança e prevenção ao uso de drogas.

TABELA 3 – PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS EM ATIVIDADES NA ESCOLA

FREQUENCIA	DIRETOR ESTADUAL	DIRETOR MUNICIPAL	PEDAGOGA ESTADUAL	PEDAGOGA MUNICIPAL
Sim	20,0	0	10,0	40,0
Não	60,0	90,0	70,0	50,0
Talvez	20,0	10,0	20,0	10,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Pode-se observar na Tabela 3 que a maioria dos profissionais da educação, em especial os Diretores de estabelecimentos de ensino, reputam que a formação inicial não trouxe suporte significativo, seja à ação docente ou às ações de gestão escolar.

No entanto, observa-se que em 80% dos casos, os Diretores de estabelecimentos de ensino estadual e municipal estimulam aos pedagogos ou professores para que realizem o trabalho de prevenção ao uso de drogas na escola. No caso dos Pedagogos, observou-se que a prática ao estímulo para a ação

pedagógica se encontra fraca, ou seja, apenas 30% das Pedagogas do ensino estadual realizam esta prática e 50% das Pedagogas das escolas municipais.

Essa conduta caracteriza no educador, a condição de não se sentir preparado para lidar com questões relacionadas a temas sociais e contemporâneos.

Ainda nesse sentido, Castro *et al.* (2002, p. 9) apontam que a formação do educador não se completa apenas com a apropriação dos conteúdos da disciplina que se propôs a ensinar.

Essa competência é sem dúvida indispensável por significar a qualificação do professor, mas persiste outra exigência, a da formação pedagógica, de modo que atividade de ensinar supere os níveis do senso comum, tornando-se uma atividade sistematizada. Mais ainda o professor deve ter uma formação ética e política, já que ele vai educar a partir de valores e tendo em vista um mundo melhor.

Sobre o currículo de formação de professores, Garcia (1999, p. 77) informa que este cumpre basicamente três funções:

em primeiro lugar a de formação e treino dos futuros educadores, de forma a preparar uma formação consoante às funções profissionais que desempenhará. Em segundo o controle de certificação ou permissão para exercer a atividade docente. E em terceiro lugar a formação do educador tem por função propiciar condições de que o sujeito seja agente de mudanças e contribuir para a socialização e reprodução da cultura, mas como agentes reflexivos.

Sobre a formação de professores para o trabalho de prevenção, Pey (1988, p. 41) aponta que deve ser adotado “postura pedagógica dialógica, provocante e desafiadora, em que educadores e estudantes realizam uma busca ativa, como sujeitos de transformação, e não mais sujeitos de repetição”. Já Bucher (1992, p. 59) menciona que a atividade relacionada à prevenção deverá ter as suas ações “norteadas por idéias construtivas e por valores humanos claramente pensados e enunciados, por objetivos baseados em uma concepção humana do humano do homem, deve levar em conta as características psicológicas e sociais do ser humano”.

Nesse sentido, Castro *et al.* (2002), Garcia (1999), Bucher (1992) e Pey (1988), convergem suas conclusões sobre a importância da formação do educador, que não se encerra somente com a apropriação dos conteúdos, mas a sua formação deve se constituir como exigência permanente e que seja contribuinte do processo

de mudança social, observando-se que a atividade pedagógica e de formação seja centrada em valores e na pessoa humana.

Aos educadores foi perguntado se as atividades de prevenção ao uso de drogas e de segurança para o ambiente escolar estão contemplados no projeto político pedagógico. Em 80% das respostas de Diretores de escolas estaduais e em 70% dos Diretores de escolas municipais apontaram que se encontra previsto. Ressalta-se que a mesma proporção segue para as Pedagogas. Vale apontar que a diferença percentual se refere à resposta, tanto para Diretores como para as Pedagogas, que não sabem se este quesito está previsto no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

De acordo com Perovano (2011), toda escola deve ter definida, para si mesma e para sua comunidade escolar, uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que dirijam a ação pedagógica cotidiana, que é estabelecido pelo PPP.

O PPP difere do planejamento pedagógico, uma vez que o primeiro consiste em um conjunto de princípios que norteiam a elaboração e a execução dos planejamentos, por isso, envolvem diretrizes permanentes que permitem a orientação das ações pedagógicas.

Os Diretores foram questionados se em algum momento vivenciaram alguma situação de violência no ambiente escolar. Saliencia-se que todos os Diretores de escolas estaduais vivenciaram e em 70% dos dirigentes de escolas municipais. No que se refere a Pedagogas, se depararam com situações de violência em 70% dos casos.

Os Diretores e Pedagogas de escolas estaduais foram ainda perguntados se encontram preparados para atender questões sobre segurança sem auxílio dos policiais-militares da Patrulha Escolar. Observa-se na Tabela 4 a média se 25% dos Diretores e Pedagogas se julgam preparados para lidarem com questões relacionadas à violência na escola.

TABELA 4 – PREPARO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA ATENDER QUESTÕES SOBRE SEGURANÇA NA ESCOLA

FREQUENCIA	DIRETOR ESTADUAL	PEDAGOGA ESTADUAL
Sim	20,0	30,0
Não	60,0	30,0
Não tenho certeza	20,0	40,0
Total	100,0	100,0

Na pesquisa realizada por Perovano (2011) foi levantado que poucas educadoras se sentem preparadas para tratar do tema prevenção ao uso de drogas com os estudantes, e foi observado que há a relação entre a formação continuada das educadoras, o estímulo ou orientação pedagógica por parte da escola com o baixo índice de ações pedagógicas desenvolvidos pelo professor em sala de aula. Ressalta-se ainda que a realização da atividade de prevenção pela professora está atrelada à formação na área.

Foi ainda perguntado aos Diretores de escolas estaduais, se houve o acionamento de equipe de policiais-militares que atuam no Programa PEC. Em 80% dos casos das respostas de Diretores e 100% de Pedagogas de escolas estaduais, foi acionado o serviço especializado.

Os educadores foram questionados acerca do preparo dos policiais-militares para o atendimento de ocorrências na escola.

TABELA 5 – PREPARO DOS POLICIAIS-MILITARES SOBRE O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS NA ESCOLA

FREQUENCIA	DIRETOR ESTADUAL	PEDAGOGA ESTADUAL
Sim	100,0	70,0
Não	0	0
Nunca houve a necessidade de intervenção		30,0
Total	100,0	100,0

Foram ainda perguntados qual a avaliação dos educadores sobre o atendimento realizado pelos policiais-militares.

TABELA 6 – PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO REALIZADO PELOS POLICIAIS-MILITARES

FREQUENCIA	DIRETOR ESTADUAL	DIRETOR MUNICIPAL	PEDAGOGA ESTADUAL	PEDAGOGA MUNICIPAL
Excelente	80,0	30,0	50,0	40,0
Ótima	20,0	60,0	30,0	40,0
Boa	0	10,0	20,0	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

As declarações das educadoras sobre a atuação e a importância da atuação dos policiais militares na escola ficam evidenciadas na tabela supracitada. Outra evidência está contida na pesquisa realizada por Perovano (2011), em que as educadoras apresentam as sugestões dos temas para serem constituídos no currículo de formação inicial (magistério, pedagogia ou licenciaturas), a qual oferece relação direta e estabelecem uma ligação com a sua vivência cotidiana, seja na escola ou pelo seu *background* cultural fora desse ambiente. Assim, a idéia expressada pelas educadoras sobre os temas propostos tem como base a compreensão do contexto imediato da escola, seu entorno, das famílias e suas relações com os estudantes e a escola, com a droga (entendida como substâncias psicoativas), violências decorrentes do uso das drogas ou não, dentre outros assuntos.

Outro aspecto relacionado à ação dos policiais-militares na escola é o de que estes desenvolvem suas atividades como convidados pela comunidade escolar, ou seja, pela direção do estabelecimento de ensino, pedagogos, professores, pais ou responsáveis e comunidade do entorno escolar, em regime de parceria.

## 5 A PARTIR DOS RESULTADOS DESTA PESQUISA:

O trabalho de prevenção ao uso/abuso de drogas e de segurança nas escolas deve encontrar espaço em todos os meios possíveis com o fim de alcançar resultados concretos. A educação formal é um dos espaços, e conforme a posição de muitos pesquisadores, o mais adequado.

Esses esforços em prol da educação devem ter o incentivo para a formulação de uma cultura de prevenção e de segurança na escola. Para que isso ocorra, torna-se necessário que a questão segurança na escola e droga, esteja contextualizada com outras temáticas sociais, e não trabalhada de maneira isolada.

Essas propostas envolvem o ato de restabelecer sentidos para a vida social, devolvendo valores e normas éticas baseadas no respeito à pessoa e às suas diferenças, bem como ao ambiente e às tradições culturais, religiosas e históricas.

A eficácia de programas nessas áreas do conhecimento depende do conhecimento prévio das condições do ambiente e das características demográficas da população porque é essa informação que irá definir o tipo de intervenção pedagógica que será realizada.

A escola necessita adotar claramente propostas às temáticas sociais sob a ótica das perspectivas sobre segurança e prevenção ao uso de drogas com enfoque no campo educativo, nas searas que abordem temas sobre cultura da paz, drogas, sexualidade, família, consciência ambiental, cultura política, dentre outros. De acordo com Freire (1988), a educação é conhecimento e conscientização e o diálogo é a característica da formação do pensamento crítico. Dessa forma, o aluno é o sujeito a quem se deve proporcionar a oportunidade de uma participação crítica e democrática nos debates sobre drogas.

Apesar de haver discursos divergentes acerca do âmbito de intervenção poder ser formal, informal ou não formal, Petrus (1997, p. 31) diz simplesmente que "a educação social não deve ter, entre as suas competências, a responsabilidade da atividade escolar", pois de acordo com o autor, a construção de conhecimentos e conteúdos programáticos compete aos docentes e não aos educadores sociais.

A tarefa do educador social é prevenir e intervir em situações de desvio ou risco social, de forma a criar mudanças qualitativas no meio social. Deverá exercer intencionalmente influências positivas nos indivíduos. A educação social

atua concomitantemente com outros trabalhadores sociais de modo interdisciplinar na proteção e promoção sociais.

Uma das atribuições do educador social é a de educar para o desenvolvimento humano, e isso implica em ter em conta pessoas, os seus rostos, as suas necessidades, os seus desejos e as suas escolhas, e o objeto de estudo da educação social é, portanto, a ordem das práticas, processos, fenômenos, quer dizer, à ordem da “realidade educativa”.

Nesse sentido, pode-se observar a necessidade que a escola, na atualidade, demanda de trabalhos conjugados e realizados por parceiros sociais tais como a díade segurança-escola, que desenvolvem a atividade especializada de segurança e da educação preventiva sobre drogas.

O presente trabalho de pesquisa teve por finalidade verificar as concepções que os diretores e pedagogos de escolas do sistema de ensino público estadual e municipal têm sobre a violência e a contribuição da sua formação inicial e continuada para o desenvolvimento de estratégias preventivas na escola.

Vale apontar que todos os objetivos específicos foram alcançados na presente pesquisa, tais como as concepções e a percepção sobre violência apresentada pelos profissionais da educação, diretores e pedagogos, os quais mencionaram que por vezes atenderam a essas questões, no entanto, a maioria destes não se encontrava preparadas para o enfrentamento sistemático.

Ressalta-se, conforme identificado, que a maior dificuldade encontrada pelos profissionais da educação está na sua formação inicial, que não fornece elementos adequados às suas demandas cotidianas, quando se deparam com fatos típicos de uso de drogas e de violência na escola.

Por fim, verificou-se a necessidade, demandada pelos próprios profissionais da educação (Diretores e Pedagogos), sobre a importância da participação dos Programas desenvolvidos pelo BPEC, ou seja, PEC e PROERD no ambiente escolar. Esses profissionais têm nos Programas mencionados, elevado conceito, que é dirigido a toda comunidade escolar e apoiado pela Direção da escola.

Salienta-se que os policiais-militares que atuam com os Programas PEC e PROERD têm a clara noção e necessidade de desenvolvimento profissional, uma vez que trabalha diretamente com a educação e participa ativamente das atividades da comunidade escolar. Essa formação se dá como um projeto ao longo da carreira, desde a formação inicial, à iniciação, ao desenvolvimento profissional contínuo. O

desenvolvimento profissional é uma aprendizagem contínua, interativa, acumulativa e que combina uma variedade de aprendizagens.

Tudo isso permite pensar esse profissional como um sujeito que pode desenvolver suas competências como policial-militar e ao mesmo tempo como educador, ou seja, compreender com mais aptidão a necessidade de constituir seus saberes, variar esquemas de ação e disponibilizar com eficiência o repertório de condutas disponíveis. Isso é conseguido por intermédio de aprendizagem que se dá pela modificação de esquemas cognitivos desse educador a partir de suas interações com o meio.

Os Diretores e Pedagogos, entendem a importância do trabalho do policial-militar que atua no BPEC, com os Programas PEC e PROERD, bem como, entendem ainda que necessita também de outras competências porque seu trabalho se desenvolve sob uma multifuncionalidade de papéis, de ambientes, de coletividades e de situações problemáticas e ambientais.

Tais competências profissionais que o policial-militar educador social deve ter que cultivar, criar, construir, como habilidades conceituais que são integradas pelos próprios conhecimentos da profissão, como: aprofundamento em elementos teóricos que provoquem reflexão acerca da prática diária; conhecimentos sobre aspectos legais administrativos, aspectos pedagógicos e antropológicos; favorecendo a formação em aspectos profissionais que possam melhorar, otimizar sua ação como educador.

De relevância na análise dos dados desta pesquisa e como característica de formação do próprio policial militar, é a capacidade de resolver problemas com certa facilidade no seu cotidiano de trabalho, seja no campo repressivo, administrativo e, agora, na condição de educador social, em que alia sua experiência prática adquirida em seu processo histórico de desenvolvimento, com a resolução de problemas, mesmo que sem uma formação permanente, contínua, em serviço.

Essa habilidade cognitiva é complexa e se caracteriza como uma das atividades humanas mais inteligentes. A experiência e o conhecimento trazidos à situação pelo indivíduo determinam se uma solução será alcançada e como isso ocorre. Todos esses fatores foram, então, corroborados pelos sujeitos da presente pesquisa, a saber, Diretores e Pedagogas de estabelecimentos de ensino públicos, municipal e estadual.

Cabe refletir acerca da importância do trabalho realizado pelos policiais-militares, parafraseando-se Estrela (1997), em que ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de interações. Ter acesso ao modo com que cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade de sua história e, sobretudo o modo singular como age, reage e interage com seus contextos. Um percurso de vida é assim, um percurso de formação, no sentido que é um processo de formação, identificando-o em um desenrolar complexo, um conjunto em movimento, uma globalidade própria à vida de cada pessoa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; WAISELFISZ, J. J.; ANDRADE, C. C.; RUA, M. G. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1999.
- ALVES, R. **Caracterização dos adolescentes internados por álcool e outras drogas na cidade de Curitiba**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2001.
- BORDIEU, P. **Sociologie de Algérie**. Paris: PUF, 1958.
- BRASIL. **Constituição Federal**. São Paulo: Saraiva, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 11.343 de 23 de agosto de 2006.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- BROWN, R. T. **Risk factors for substance abuse in adolescents**. *Pediatrics Clinic*, 2002.
- BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- CAMPOS, P. H. F.; TORRES, A. R. R.; GUIMARÃES, S. P. **Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola**. São Paulo: Educação e Cultura Contemporânea, 2004.
- CARLINI-COTRIM, B. **Os livros didáticos e o ensino para a saúde: o caso das drogas psicotrópicas**. *Revista de saúde pública*, São Paulo, 1990.
- CHRISTENSEN, H. B.; BILENBERG, N. **Behavioural and Emotional Problems in Child of Alcoholic Mothers and Fathers**. *Child and Adolescent Psychiatry*, 2000.
- CRUZ, A. C. **Educar para prevenir el abuso de las drogas**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Santa Úrsula, 1991.
- DEMO, P. **Aprendendo a aprender com o professor**. Análise de experiências recentes. Curitiba: Base, 1998.
- ESTRELA, M. T. e orgs. **Viver e construir a profissão docente**. Porto: Porto Editora, 1997.
- GAZETA DO POVO. **52% não vêm a escola como local seguro**, acesso em 25/08/2011 às 15h25,

<http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1157747&ch>  
=.

GAZETA DO POVO. **Briga entre alunos é o “maior” problema em ambiente escolar.**, acesso em 25/08/2011 às 15h25, <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1157750&ch>  
=.

GAZETA DO POVO. **Figura de policiais e professores se confunde nos colégios.**, acesso em 25/08/2011 às 15h25, <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1157749&ch>  
=.

FINK, A. *How to sample in surveys*. Thousand Oaks: Sage, 1995.

FURTADO, E.F.; LAUCHT, M.; SCHMIDT, M. **Estudo longitudinal prospectivo sobre risco de adoecimento psiquiátrico na infância e alcoolismo paterno**. São Paulo: Revista de Psiquiatria Clínica, Universidade de São Paulo, 2002.

GARCÍA, C. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto, 1999.

GROVES, B. M. *Children who see too much*. Boston: Beacon Press, 2002.

KESSLER, F.; VON DIEMEN, L.; SEGANFREDO, A. C. **Psicodinâmica do adolescente envolvido com drogas**. Porto Alegre: Revista de Psiquiatria, 2003.

KUPERMAN, S.; SCHLOSSER, S.S.; LIDRAL, J.; REICH, W. **Relationship of child psychopathology to parental alcoholism and antisocial personality disorder**. Washington: Journal American Academy Child Adolescent Psychiatry, 1999.

LEAVIT, F. *Drugs and behavior*. London: SAGE, 1995.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCCORD W.; MCCORD, J. **Origins of alcoholism**. Stanford: Stanford University Press, 1960.

MERIKANGAS, K.R.; LECKMAN, J.F.; PRUSSOFF, B.A.; PAULS, D.L.; WEISSMAN, M.M. **Familial transmission of depression and alcoholism**. *Archives of Psychiatry*, 1985.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.

MILES, D. R.; STALLINGS, M. C.; YOUNG, S. E. **A family history and direct interview study of the familial aggregation of substance abuse: the adolescent substance abuse study**. Chicago: Drug Alcohol Depend, 1998.

NYE, C. L.; ZUCKER, R.; FITZGERALD, H. **Early family: based intervention in the path to alcohol problems - rationale and relationship between treatment process characteristics and child and parenting outcomes**. Michigan: Department of Psychology, University of Michigan Press, 1998.

PARANÁ. **Constituição Estadual do Paraná**, 1989

PEROVANO, D. G. **A Formação de Conceitos sobre Drogas em Estudantes da Quarta Série do Ensino Fundamental: Uma Leitura Sócio-Histórica e Ecológica do Desenvolvimento Humano**. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

\_\_\_\_\_. **Concepções dos instrutores do programa educacional de resistência às drogas e à violência sobre a sua formação**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

PETRUS, A. **Educación social y perfil del educador social**. Murcia: Universidade de Murcia, 1993.

PROERD. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. Manual do Instrutor 6ª série. Florianópolis: Polícia Militar de Santa Catarina, 2004.

ROGOFF, B. **The cultural nature of human development**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SAMPIERI, R. H. *et al.* **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1998.

SANCHEZ, Z. M; NAPPO, S. A. **A religiosidade, a espiritualidade e o consumo de drogas**. São Paulo: Revista Brasileira de Psiquiatria, 2007.

SHER, K. J. **Psychological Characteristics of Children of Alcoholics**. Chicago: The University of Chicago Press, Chicago, 1997.

SIMKIN, D. R. **Adolescent substance use disorders and comorbidity**. New York: Pediatrics Clinic, 2002.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1993.

SUSSMAN, S.; DENT, C. W.; GALAIF, E. R. **The correlates of substance abuse and dependence among adolescents at high risk for drug abuse**. San Diego: Substance Abuse, 1993.

VAILLANT, G. **The natural history of alcoholism revisited**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

VELHO, G. **Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

VYGOTSKY, L. S **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WEST, S. L.; O'NEAL, K. K. **Project D.A.R.E. Outcome Effectiveness Revisited**. Houston: American Journal of Public Health, 2004.

## APÊNDICES



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA PEDAGOGO (A) – ESCOLA ESTADUAL**

**Prezado (a) Diretor (a):**

- O presente Instrumento de Coleta de Dados (ICD) visa coletar informações para a elaboração de Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), Polícia Militar do Paraná (PMPR).
- O ICD foi elaborado com questões fechadas e abertas para sistematização e análise de dados;
- Solicitamos a Vossa Senhoria que ao preencher o questionário, este seja entregue junto com o ICD do Pedagogo (a), para posterior a remessa ao policial-militar responsável.

**1 IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 Estabelecimento de ensino**

- 1.1.1  Estadual  
1.1.2  Municipal

**1.2 Identificação:**

**1.2.1 Sexo:**

- 1.2.1.1  Masculino  
1.2.1.2  Feminino

**1.2.2 Idade:**

- 1.2.2.1  18 – 28 anos  
1.2.2.2  29 – 38 anos  
1.2.2.3  39 – 48 anos  
1.2.2.4  mais de 49 anos

**1.3 Escolaridade atual**

- 1.3.1  Nível Superior incompleto  
1.3.2  Nível Superior completo  
1.3.3  Pós-graduação *latu sensu*  
1.3.4  Pós-graduação *strictu sensu*  
1.3.5  Área de formação escolar (caso houver, preencher as lacunas abaixo):  
1.3.5.1 Graduação: \_\_\_\_\_  
1.3.5.2 Pós-graduação: \_\_\_\_\_

**1.4 Tempo de atuação na atividade**

- 0 – 5 anos  
 6 – 10 anos  
 11 – 15 anos  
 16 – 20 anos  
 21 – 25 anos  
 26 – 30 anos



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**1.5 Função**

1.5.1  Direção escolar

1.5.2  Pedagogo(a)

**1.6 Tempo de atuação na função:** \_\_\_\_\_ anos

**2 SOBRE O TRABALHO DE SEGURANÇA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS**

**2.1 Você desenvolve alguma atividade de prevenção na escola?**

2.1.1  Sempre

2.1.2  Ocasionalmente

2.1.3  Raramente

2.1.3  Nunca trabalhei com o tema

**2.2 Você acredita que é importante fazer realizar a atividade de prevenção ao uso de drogas e ações pedagógicas relacionadas à segurança na escola, com os estudantes?**

2.2.1  Sim

2.2.2  Não

2.2.3  Talvez, pois existem outras coisas mais importantes para fazer

2.2.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto

**2.3 Caso você trabalhe com as atividades mencionadas no item 2.2, como você desenvolve?**

---

---

---

---

**2.4 Você busca informações sobre o tema segurança e prevenção ao uso de droga?**

2.4.1  Sempre

2.4.2  Ocasionalmente

2.4.3  Raramente

2.4.4  Nunca

2.4.5 Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

---

---



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**2.5 Em caso positivo, onde você costuma buscar essas informações?**

- 2.5.1  Em anúncios na televisão, jornais e revistas  
2.5.2  Em livros e periódicos especializados  
2.5.3  Em sites de internet que abordam sobre o tema  
2.5.4  Com especialistas de áreas multidisciplinares  
2.5.5  Cursos, congressos, seminários e outros  
2.5.6  Outros locais
- 
- 

**2.6 Caso você busque informações sobre segurança e prevenção na internet, que estratégias adota?**

- 2.6.1  Faço a busca por intermédio de sites de busca como o Google  
2.6.2  Pesquiso informações em qualquer site que forneça conteúdo sobre o assunto  
2.6.3  Apenas em sites indicados por especialistas no assunto  
2.6.4  Apenas em sites governamentais  
2.6.5  Em sites de universidades que possuam centros de pesquisa na área

**2.7 Você acredita que está preparado(a) para tratar dos temas sobre segurança e prevenção ao uso de drogas com os seus estudantes?**

- 2.7.1  Sim  
2.7.2  Não  
2.7.3  Não tenho certeza  
2.7.4 Por favor, em qualquer das respostas consignadas, responda por quê?
- 
- 
- 

**2.8 Que temas você julga importante para trabalhar sobre segurança e educação preventiva sobre drogas na escola?**

---

---

---

**2.9 A Escola proporciona formação continuada para tratar deste tema?**

- 2.9.1  Sempre  
2.9.2  Ocasionalmente  
2.9.3  Raramente  
2.9.4  Nunca  
2.9.5 Caso queira justificar.
- 
- 
-



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**2.10 Após o trabalho de prevenção com o Programa Patrulha Escolar na Escola, você percebeu se houve maior interesse sobre o assunto “segurança na escola”, por parte dos estudantes?**

- 2.10.1  Não tem feito diferença  
2.10.2  Sim, mas para apenas alguns estudantes  
2.10.3  Sim, pela maioria  
2.10.4  Os estudantes têm se interessado por outros temas contemporâneos também  
2.10.5  Não trabalho com prevenção  
2.10.6   Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

---

---

---

**2.11 Houve algum tipo de mudança de comportamento pelos estudantes após a aplicação do trabalho pedagógico sobre prevenção e segurança na escola?**

- 2.11.1  Não  
2.11.2  Sim  
2.11.3  Eles perguntam mais e discutem sobre assuntos relacionados à prevenção ao uso de drogas e sobre prevenção  
2.11.4  Os estudantes têm levado as discussões para o espaço da família  
2.11.5  Outro comportamento  
2.11.6  Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

---

---

---

**2.12 Você costuma estimular os professores sobre outros temas sociais e contemporâneos para o trabalho na escola?**

- 2.12.1  Sempre  
2.12.2  Ocasionalmente  
2.12.3  Raramente  
2.12.4  Nunca  
2.12.1   Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

---

---

---

**2.13 Há a participação efetiva dos pais ou responsáveis em questões relacionadas à segurança e a prevenção ao uso de drogas na escola?**

- 2.13.1  Sempre  
2.13.2  Ocasionalmente  
2.13.3  Raramente  
2.13.4  Nunca  
2.13.5   Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

---

---

---



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**2.14 A sua formação inicial (Magistério, Pedagogia ou Licenciatura) contribuiu para trabalhar questões relacionadas à segurança e prevenção ao uso de drogas na escola:**

2.14.1  Sim

2.14.2  Não

2.14.3  Talvez

2.14.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.

2.14.5   Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

---

---

---

**2.15 Em relação à pergunta anterior, caso não tenha havido significativa contribuição em sua formação, quais temas você julga importante fazer parte do currículo de formação de professores, que privilegie a prevenção ao uso de drogas e segurança na escola?**

---

---

---

**2.16 Você estimula ou realiza orientação pedagógica para o trabalho segurança e de prevenção ao uso de drogas para o professor?**

2.16.1  Sim

2.16.2  Não

2.16.3  Às vezes

2.16.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto

**Por favor, descreva o porquê de sua resposta:**

---

---

---

**2.17 A prevenção ao uso de drogas e as atividades sobre segurança para o ambiente escolar estão contemplados no projeto político pedagógico da escola?**

2.17.1  Sim

2.17.2  Não

2.17.3  Talvez

2.17.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto

**Por favor, descreva o porquê de sua resposta:**

---

---

---



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**3 ATUAÇÃO DOS POLICIAIS-MILITARES NO AMBIENTE DA ESCOLA**

**3.1 Você já vivenciou alguma situação de violência no ambiente escolar?**

3.1.1  Sim

3.1.2  Não

3.2.3  Não tenho certeza

**3.2 Você como profissional da educação se acha preparado de atender ou encaminhar questões relacionadas a segurança sem a participação dos policiais-militares que aplicam o Programa Patrulha Escolar Comunitária ou PROERD?**

3.2.1  Sim

3.2.2  Não

3.2.3  Não tenho certeza

**3.3 Houve o acionamento para o atendimento de uma equipe da patrulha escolar ou do policial-militar do PROERD?**

3.3.1  Sim

3.3.2  Não

3.3.3  Nunca houve a necessidade

**3.4 Você acredita que os policiais estavam preparados para o atendimento da ocorrência?**

3.4.1  Sim

3.4.2  Não

3.4.3  Nunca houve a necessidade de intervenção

3.4.4 Caso queira justificar:

---

---

**3.5 Qual a sua avaliação do atendimento realizado pelos policiais-militares?**

3.5.1  Excelente

3.5.2  Ótima

3.5.3  Boa

3.5.4  Regular

3.5.5 Caso queira justificar:

---

---

---



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA PEDAGOGO (A) – ESCOLA ESTADUAL**

**Prezado (a) Pedagogo (a):**

- O presente Instrumento de Coleta de Dados (ICD) visa coletar informações para a elaboração de Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), Polícia Militar do Paraná (PMPR).
- O ICD foi elaborado com questões fechadas e abertas para sistematização e análise de dados;
- Solicitamos a Vossa Senhoria que ao preencher o questionário, este seja entregue junto com o ICD do Diretor(a), para posterior a remessa ao policial-militar responsável.

**QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA DIRETOR (A) – ESCOLA MUNICIPAL**

**Prezado (a) Diretor (a):**

- O presente Instrumento de Coleta de Dados (ICD) visa coletar informações para a elaboração de Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), Polícia Militar do Paraná (PMPR).
- O ICD foi elaborado com questões fechadas e abertas para sistematização e análise de dados;
- Solicitamos a Vossa Senhoria que ao preencher o questionário, este seja entregue junto com o ICD do Pedagogo (a), para posterior a remessa ao policial-militar responsável.

**1 IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 Estabelecimento de ensino**

- 1.1.1  Estadual  
1.1.2  Municipal

**1.2 Identificação:**

**1.2.1 Sexo:**

- 1.2.1.1  Masculino  
1.2.1.2  Feminino

**1.2.2 Idade:**

- 1.2.2.1  18 – 28 anos  
1.2.2.2  29 – 38 anos  
1.2.2.3  39 – 48 anos  
1.2.2.4  mais de 49 anos

**1.3 Escolaridade atual**

- 1.3.1  Nível Superior incompleto  
1.3.2  Nível Superior completo  
1.3.3  Pós-graduação *latu sensu*  
1.3.4  Pós-graduação *strictu sensu*  
1.3.5  Área de formação escolar (caso houver, preencher as lacunas abaixo):  
1.3.5.1 Graduação: \_\_\_\_\_  
1.3.5.2 Pós-graduação: \_\_\_\_\_



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**1.4 Tempo de atuação na atividade**

- 0 – 5 anos  
 6 – 10 anos  
 11 – 15 anos  
 16 – 20 anos  
 21 – 25 anos  
 26 – 30 anos

**1.5 Função**

- 1.5.1  Direção escolar  
1.5.2  Pedagogo(a)

**1.6 Tempo de atuação na função:** \_\_\_\_\_ anos

**2 SOBRE O TRABALHO DE SEGURANÇA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS**

**2.1 Você desenvolve alguma atividade de prevenção na escola?**

- 2.1.1  Sempre  
2.1.2  Ocasionalmente  
2.1.3  Raramente  
2.1.3  Nunca trabalhei com o tema

**2.2 Você acredita que é importante fazer realizar a atividade de prevenção ao uso de drogas e ações pedagógicas relacionadas à segurança na escola, com os estudantes?**

- 2.2.1  Sim  
2.2.2  Não  
2.2.3  Talvez, pois existem outras coisas mais importantes para fazer  
2.2.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto

**2.3 Caso você trabalhe com as atividades mencionadas no item 2.2, como você o desenvolve?**

---

---

---

---

**2.4 Você busca informações sobre o tema segurança e prevenção ao uso de droga?**

- 2.4.1  Sempre  
2.4.2  Ocasionalmente  
2.4.3  Raramente



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

2.4.4  Nunca

2.4.5 Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

---

---

**2.5 Em caso positivo, onde você costuma buscar essas informações?**

- 2.5.1  Em anúncios na televisão, jornais e revistas  
2.5.2  Em livros e periódicos especializados  
2.5.3  Em sites de internet que abordam sobre o tema  
2.5.4  Com especialistas de áreas multidisciplinares  
2.5.5  Cursos, congressos, seminários e outros  
2.5.6  Outros locais

---

---

**2.6 Caso você busque informações sobre segurança e prevenção na internet, que estratégias adota?**

- 2.6.1  Faço a busca por intermédio de sites de busca como o Google  
2.6.2  Pesquiso informações em qualquer site que forneça conteúdo sobre o assunto  
2.6.3  Apenas em sites indicados por especialistas no assunto  
2.6.4  Apenas em sites governamentais  
2.6.5  Em sites de universidades que possuam centros de pesquisa na área

**2.7 Você acredita que está preparado(a) para tratar dos temas sobre segurança e prevenção ao uso de drogas com os seus estudantes?**

- 2.7.1  Sim  
2.7.2  Não  
2.7.3  Não tenho certeza  
2.7.4 Por favor, em qualquer das respostas consignadas, responda por quê?

---

---

---

**2.8 Que temas você julga importante para trabalhar sobre segurança e educação preventiva sobre drogas na escola?**

---

---

---



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**2.9 A Escola proporciona formação continuada para tratar deste tema?**

- 2.9.1  Sempre  
2.9.2  Ocasionalmente  
2.9.3  Raramente  
2.9.4  Nunca  
2.9.5 Caso queira justificar.

**2.10 Após o trabalho de prevenção com o Programa Patrulha Escolar na Escola, você percebeu se houve maior interesse sobre o assunto “segurança na escola”, por parte dos estudantes?**

- 2.10.1  Não tem feito diferença  
2.10.2  Sim, mas para apenas alguns estudantes  
2.10.3  Sim, pela maioria  
2.10.4  Os estudantes têm se interessado por outros temas contemporâneos também  
2.10.5  Não trabalho com prevenção  
2.10.6  Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

**2.11 Houve algum tipo de mudança de comportamento pelos estudantes após a aplicação do trabalho pedagógico sobre prevenção e segurança na escola?**

- 2.11.1  Não  
2.11.2  Sim  
2.11.3  Eles perguntam mais e discutem sobre assuntos relacionados à prevenção ao uso de drogas e sobre prevenção  
2.11.4  Os estudantes têm levado as discussões para o espaço da família  
2.11.5  Outro comportamento  
2.11.6  Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

**2.12 Você costuma estimular os professores sobre outros temas sociais e contemporâneos para o trabalho na escola?**

- 2.12.1  Sempre  
2.12.2  Ocasionalmente  
2.12.3  Raramente  
2.12.4  Nunca  
2.12.1  Por favor, descreva o porquê de sua resposta:



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

**2.13 Há a participação efetiva dos pais ou responsáveis em questões relacionadas à segurança e a prevenção ao uso de drogas na escola?**

2.13.1  Sempre

2.13.2  Ocasionalmente

2.13.3  Raramente

2.13.4  Nunca

2.13.5  Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

**2.14 A sua formação inicial (Magistério, Pedagogia ou Licenciatura) contribuiu para trabalhar questões relacionadas à segurança e prevenção ao uso de drogas na escola:**

2.14.1  Sim

2.14.2  Não

2.14.3  Talvez

2.14.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.

2.14.5  Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

**2.15 Em relação à pergunta anterior, caso não tenha havido significativa contribuição em sua formação, quais temas você julga importante fazer parte do currículo de formação de professores, que privilegie a prevenção ao uso de drogas e segurança na escola?**

**2.16 Você estimula ou realiza orientação pedagógica para o trabalho segurança e de prevenção ao uso de drogas para o professor?**

2.16.1  Sim

2.16.2  Não

2.16.3  Às vezes

2.16.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto

Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

**2.17 A prevenção ao uso de drogas e as atividades sobre segurança para o ambiente escolar estão contemplados no projeto político pedagógico da escola?**

2.17.1  Sim

2.17.2  Não



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

2.17.3  Talvez

2.17.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto

Por favor, descreva o porquê de sua resposta:

---

---

### 3 ATUAÇÃO DOS POLICIAIS-MILITARES NO AMBIENTE DA ESCOLA

3.1 Você já vivenciou alguma situação de violência no ambiente escolar?

3.1.1  Sim

3.1.2  Não

3.2.3  Não tenho certeza

3.2 Você como profissional da educação se acha preparado de atender ou encaminhar questões relacionadas a segurança sem a participação dos policiais-militares que aplicam o Programa Patrulha Escolar Comunitária ou PROERD?

3.2.1  Sim

3.2.2  Não

3.2.3  Não tenho certeza

3.3 Houve o acionamento para o atendimento de uma equipe da patrulha escolar ou do policial-militar do PROERD?

3.3.1  Sim

3.3.2  Não

3.3.3  Nunca houve a necessidade

3.4 Você acredita que os policiais estavam preparados para o atendimento da ocorrência?

3.4.1  Sim

3.4.2  Não

3.4.3  Nunca houve a necessidade de intervenção

3.4.4 Caso queira justificar:

---

---

3.5 Qual a sua avaliação do atendimento realizado pelos policiais-militares?

3.5.1  Excelente

3.5.2  Ótima

3.5.3  Boa

3.5.4  Regular

3.5.5 Caso queira justificar:

---

---

---